

Presidente da República

Michel Temer

Ministro da Educação

José Mendonça Bezerra Filho

Diretoria de Educação a Distância**DED/CAPES/MEC**

Carlos Cezar Modernel Lenuzza

**UNIVERSIDADE FEDERAL
DO ESPÍRITO SANTO****Reitor**

Reinaldo Centoducatte

Secretária de Ensino a Distância – SEAD

Maria José Campos Rodrigues

Diretor Acadêmico – SEAD

Júlio Francelino Ferreira Filho

Coordenadora UAB da UFES

Maria José Campos Rodrigues

Coordenador Adjunto UAB da UFES

Júlio Francelino Ferreira Filho

**Diretor do Centro de Ciências
Humanas e Naturais (CCHN)**

Renato Rodrigues Neto

**Coordenador do Curso de Graduação
Licenciatura em História – EAD/UFES**

Geraldo Antônio Soares

Revisor de Conteúdo

Patrícia Merlo

Revisor de Linguagem

Tânia Canabarro

Designer Educacional

Otávio Lube

Design Gráfico

Laboratório de Design Instrucional – SEAD

SEAD

Av. Fernando Ferrari, nº 514
CEP 29075-910, Goiabeiras
Vitória – ES
(27) 4009-2208

Laboratório de Design Instrucional (LDI)**Gerência**

Coordenação:
Letícia Pedruzzi Fonseca
Equipe:
Fabiana Firme
Luiza Avelar

Diagramação

Coordenação:
Letícia Pedruzzi Fonseca
Thaís André Imbroisi
Equipe:
Ana Clara Balarini

Ilustração

Coordenação:
Priscilla Garone
Equipe:
Ana Clara Balarini

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

O48e

Oliveira, Josemar Machado de, 1963-
A época moderna e a construção da dicotomia entre o público e o privado [recurso eletrônico] / Josemar Machado de Oliveira, Patrícia Merlo. - Dados eletrônicos. - Vitória : Universidade Federal do Espírito Santo, Secretaria de Ensino a Distância, 2017. 63 p.

Inclui bibliografia.
Modo de acesso: <Disponível no ambiente virtual de aprendizagem – Plataforma Moodle>
ISBN: 978-85-63765-89-5

1. História moderna. 2. História social. 3. Opinião pública. I. Merlo, Patrícia M. S. II. Título.

CDU: 94



Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir deste trabalho para fins não comerciais, desde que atribuam ao autor o devido crédito pela criação original.

A reprodução de imagens nesta obra tem caráter pedagógico e científico, amparada pelos limites do direito de autor, de acordo com a lei nº 9.610/1998, art. 46, III (citação em livros, jornais, revistas ou qualquer outro meio de comunicação, de passagens de qualquer obra, para fins de estudo, crítica ou polêmica, na medida justificada para o fim a atingir, indicando-se o nome do autor e a origem da obra). Toda reprodução foi realizada com amparo legal do regime geral de direito de autor no Brasil.



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO Pág. 3

1 A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO PRIVADO NA MODERNIDADE E SEUS DESDOBRAMENTOS

Pág. 6 O público, o privado e o particular Pág. 7

Indícios da Privatização Pág. 8

Revolução do Sentimento: a família, a maternidade e os novos papéis privados Pág. 13

2 O CORPO PRIVADO: NOVAS FRONTEIRAS E SENSIBILIDADES

Pág. 18 Sobre o corpo: do público ao privado Pág. 20

A civilidade e as novas sensibilidades Pág. 21

Entre o visível e o invisível: o asseio, a roupa-branca e o triunfo das aparências Pág. 24

3

Pág. 29

NASCIMENTO DA OPINIÃO PÚBLICA MODERNA: DOS PRIMÓRDIOS ATÉ O ILUMINISMO

A opinião pública moderna: considerações iniciais Pág. 30

Origem da expressão opinião pública Pág. 32

A "Indústria" de impressão e a Reforma Protestante Pág. 35

A Revolução Inglesa de 1640 Pág. 41

O século XVIII na França:

Iluminismo e Opinião Pública Pág. 45

O papel das academias, dos cafés e dos salões para a formação da opinião pública Pág. 47

OPINIÃO PÚBLICA, CULTURA DEMOCRÁTICA E REVOLUÇÃO FRANCESA

O jornalismo radical Pág. 51

O jornalismo radical: Marat Pág. 54

O jornalismo radical: Hébert Pág. 56

"A escrita falada" e outras formas de comunicação durante a Revolução Pág. 60

CONCLUSÃO Pág. 58

REFERÊNCIAS Pág. 59

SOBRE OS AUTORES Pág. 63

4

Pág. 50

APRESENTAÇÃO

Privacidade, individualismo, civilização, esfera pública, opinião pública são algumas variáveis obrigatórias para análise da Época Moderna, sobretudo na história ocidental do século XVIII em diante. Até o final da Idade Média, o indivíduo se enquadrava em solidariedades coletivas, feudais, comunitárias: as solidariedades da comunidade senhorial, as solidariedades entre linhagens, os vínculos de vassalagem. Solidariedades e vínculos que encerravam o indivíduo ou a família em um mundo que não era nem público nem privado.

Contudo, no século XIX a sociedade se transformou numa população anônima onde as pessoas já não mais se conheciam. O trabalho, o lazer e o convívio se tornam atividades separadas em compartimentos estanques. O indivíduo passou a se proteger dos olhares dos outros: desde então escolhe livremente, ou pensa que escolhe, seu estilo de vida ou

se recolhe na família, refúgio do espaço privado.

Historicamente variável e de fronteiras imprecisas, a distinção entre “público” e “privado”, longe de assinalar um fenômeno singular, traduz, antes, vários processos da organização da sociedade na modernidade. Público e privado constituem polos de uma das grandes dicotomias do pensamento ocidental, em torno da qual se tem gerado significativo debate na teoria social contemporânea. No livro **Estado, governo e sociedade**, Norberto Bobbio chama-lhe a “grande dicotomia”, por ser um binômio fundador que aglutina muitos outros e cujas fronteiras são difusas e intercambiáveis.¹

Neste livro voltamos nossa atenção a essa dicotomia. Faremos uso dos termos “público” e

¹ Cf. BOBBIO, Norberto, **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. 14. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

“privado” propondo ao leitor uma interpretação crítica das fronteiras entre espaço coletivo de sociabilidade e espaço individual de intimidade. Procuramos mostrar que, em grande medida, a vida privada, associada com a família, a intimidade, o Eu, foi moldada pelas mudanças operadas na vida pública.

Na verdade, a construção histórica de uma vida privada capaz de se distinguir da vida pública revela uma das dinâmicas fundamentais das sociedades modernas. Buscamos a partir da invenção da técnica de impressão e sua difusão, no alvorecer da Época Moderna, localizar o ponto de partida para o surgimento da opinião pública. Analisamos esse processo a partir do uso crescente da imprensa durante a Reforma Protestante e a Contrarreforma, assim como durante a Revolução de 1640 na Inglaterra e o movimento das Luzes. Como veremos, o conjunto desses

desdobramentos foram responsáveis pela criação de um espaço público institucionalmente independente do rei e um público dotado de opinião: nascia assim a opinião pública moderna.

A consolidação desse processo resultou na quebra da força das antigas instituições da igreja e do estado e na constituição de uma “esfera pública ilustrada”. Assim, o conceito de opinião pública que vinha sendo forjado ao longo de todo o Período Moderno chegou a sua maturidade por volta de meados do século XVIII, quando a própria expressão *opinião pública* foi inventada. Academias, cafés e salões tiveram um papel fundamental em alavancar esse processo que ganharia novas cores nas últimas décadas do século XVIII. A Revolução Francesa viu triunfar com seus jornais radicais a ampliação da esfera pública, que adquiriu uma dimensão bem mais ampla e popular do que tinha sido visto até então.



Determinadas práticas na internet parecem sugerir que o sujeito pós-moderno é mais propenso a tornar tudo público, mais do que o cidadão dos séculos anteriores. Mas, se os blogs e outras propostas similares veiculadas na rede demonstram a publicização do sujeito, por outro lado, revelam um exercício hedonista que sugere uma ênfase tão grande no “eu” privado que ele acaba por transbordar para a esfera pública. Esse transbordamento é de tal ordem que impõe a todos a visualização do que deveria estar resguardado no refúgio da privacidade. O curioso é que tratamos essa contradição como algo natural. Temos a impressão que sempre foi assim. Será mesmo?

O PÚBLICO, O PRIVADO E O PARTICULAR

A história revela que a vida privada não é algo próprio da vida humana, como se estivesse presente em nossa existência desde sempre. Trata-se de uma invenção, conforme já ensinaram os historiadores Philippe Ariès e Georges Duby¹. Aliás, uma invenção relativamente recente.

Até a Idade Média não havia nada de privado na vida cotidiana: “A comunidade que enquadra e limita o indivíduo – comunidade rural, a cidadezinha ou o bairro – constitui um meio familiar em que todo mundo se conhece e se vigia...”². Na verdade, ainda não se falava no “privado”, mas sim do “particular”: tudo aquilo que não está

¹ ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. **História da vida privada, 3**: da renascença ao século das luzes. Org. Roger Chartier. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

² ARIÈS, Philippe. “Por uma história da vida privada”. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. **História da vida privada, 3**: da renascença ao século das luzes. Org. Roger Chartier. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 10.

Imagem 1:
Peter Bruegel,
“Provérbios
Neerlandeses”,
1559. Como
é possível
observar nesta
pintura, até a
Idade Média
não havia nada
de privado na
vida cotidiana.



relacionado com cargos ou que escapasse ao controle do Estado. Tratava-se de um espaço-tempo sem relação com a coisa pública.

Verdadeiramente, a intimidade individual foi uma conquista que se deu na Europa a partir dos séculos XVI e XVIII, à medida que o Estado e a comunidade deixaram de controlar todos os espaços sociais. De acordo com o historiador Roger Chartier³, foi durante esse período que a fronteira entre os domínios do privado e as competências das autoridades públicas e comunitárias começou a ganhar novo traçado. A paulatina construção do Estado moderno, com suas feições administrativas e burocráticas, criou a possibilidade de se vivenciar,

³ CHARTIER, Roger. “Figuras da modernidade”. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. **História da vida privada, 3**: da renascença ao século das luzes. Org. Roger Chartier. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 28.

de fato, *um privado*, a partir de então, distinto de *um público* definido e identificável. O Estado é, portanto, quem delimita os espaços próprios da existência privada.

Chartier⁴ chama a atenção para a contraditória relação que se estabelece nesse contexto entre civilidade e intimidade. Enquanto a primeira trata das normas que passam a reger a existência coletiva (nos salões, por exemplo), a intimidade consiste da busca por espaços solitários. Em outras palavras, a civilidade foca a separação dos corpos e o controle dos afetos enquanto a intimidade visa as aproximações afetivas de amigos, familiares, amantes e companheiros de fé.

Entre os séculos XVI e o XVIII pequenas mudanças revelam ao longo do tempo uma nova atitude em relação ao corpo, ao próprio corpo e ao do outro. Estende-se ao redor do corpo um espaço preservado que tem a finalidade de afastá-lo de outros corpos, impedindo o contato e mesmo o olhar dos outros. Demonstrações afetivas excessivas, pouco a pouco, deram lugar a gestos discretos e furtivos. Os comportamentos à mesa apresentam uma medida interessante para observar essas mudanças. Até a Idade Média era natural levar a mão ao prato comum, comer na mesma travessa e beber em uma única taça que circulava pela mesa:



No século XVII e XVIII, ao contrário, cada comensal é dono de um prato, um copo, uma faca, uma colher, um garfo, um guardanapo e um pedaço de pão. Tudo que é retirado das travessas, molheiras e saleiros comuns deve ser pego com utensílios adequados e depositado no prato antes

⁴ CHARTIER, 2009.

de ser tocado com os próprios talheres e levado à boca. Cada conviva é encerrado numa espécie de gaiola imaterial.⁵



O Estado moderno europeu, conforme a perspectiva esboçada por Norbert Elias⁶, propiciou um conjunto de transformações afetivas e psíquicas que empurram para a intimidade atos que antes eram públicos. Tal distinção se exterioriza tanto nos comportamentos quanto nos espaços e, paulatinamente, foi sendo internalizada pelos próprios indivíduos. Trata-se de um modo inédito de ser em sociedade, marcado pelo controle mais severo das pulsões, das emoções e pelo senso mais elevado do pudor. O resultado foi a divisão nítida em dois conjuntos de condutas: as que se podem ter em público sem constrangimento e as que devem ser subtraídas ao olhar dos outros.

INDÍCIOS DA PRIVATIZAÇÃO

Foi somente no século XIX que o homem passou a se preservar do olhar alheio, escolher seu estilo de vida e encontrar acolhimento na família. Nesse trajeto, Philippe Ariès⁷ destaca alguns indicativos da progressiva privatização:

a) o aparecimento de uma “literatura de civilidade”, sob a forma de manuais de comportamento, de hospitalidade e de conversação;

⁵ FLANDRIN, p. 264.

⁶ ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes, v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

⁷ RIÈS, 2009, p. 13-18.



- b) a escrita de diários íntimos (como forma de autoconhecimento) e cartas entre amigos e amantes;
- c) a descoberta do prazer de estar sozinho;
- d) a escolha deliberada de amigos;
- e) a transformação da casa, com espaços menores, especializados (como por exemplo a sala de estar) e íntimos (o gabinete).

Vejamos melhor como se deu essa progressiva privatização. A primeira fase desse processo, segundo Ariès⁸, foi a *conquista da intimidade individual*: “Os espaços sociais que a conquista do Estado e os recuos da sociabilidade comunitária deixaram livres vão ceder lugar ao indivíduo para se instalar no isolamento, na sombra”.

Para Goulemot⁹, com a nova organização dos espaços particulares e o crescimento da intimidade individual, “a casa se opõe então à organização do espaço urbano (praças, logradouros públicos), que tende a colocar sob o olhar da autoridade e da comunidade toda uma parte das atividades do indivíduo que se tornou sujeito. “Para além das atividades sociais públicas, somou-se, no meio urbano, a constituição do espaço fechado de habitação: as pessoas organizam sua casa e a intimidade do lar.

Em meio à constituição do Estado, marcado por profundas alterações da sociedade civil, emergiu um novo espaço público e, por consequência, também um novo espaço privado – afastado do controle da comunidade e do poder, definido por novas práticas individuais.

⁸ ARIÈS, 2009, p. 18.

⁹ GOULEMOT, Jean Marie. “As práticas literárias ou a publicidade do privado”. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. **História da vida privada, 3**: da renascença ao século das luzes. Org. Roger Chartier. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 360.

Segundo Ranum, é possível recensear as intimidades sob três rubricas ao longo desse período:

[...] a dos lugares privilegiados, propícios às relações com o outro; a dos objetos-relíquia, dotados do poder de lembrar os amores e as amizades; e a dos registros da existência íntima conservados pela imagem ou pela escrita. [...] cada objeto fala a sua maneira.¹⁰

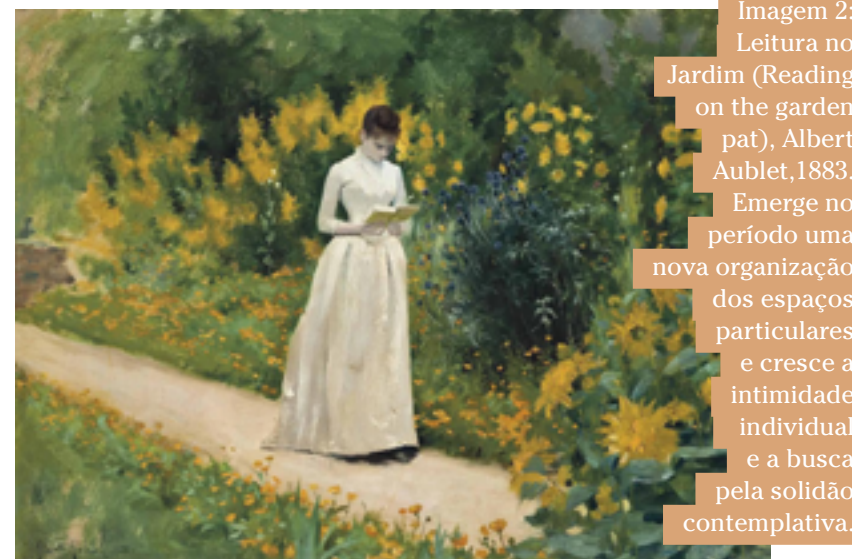


Imagem 2:
Leitura no Jardim (Reading on the garden pat), Albert Aublet, 1883. Emerge no período uma nova organização dos espaços particulares e cresce a intimidade individual e a busca pela solidão contemplativa.

Verdadeiros refúgios da intimidade afloram. Trata-se de uma série de espaços e objetos ligados ao conhecimento de si e aos relacionamentos amistosos e amorosos: os pequenos jardins privados, o escritório; os objetos-relíquia, que contribuem para a lembrança de amores e amizades; autorretratos, cartas de amor e miniaturas

¹⁰ RANUM, p. 2014.

(pequenos retratos pintados, frequentemente usados em colares). Além disso, a troca de retratos, presentes, roupas e livros entre amigos parece demonstrar a intensidade crescente da própria amizade.¹¹

É interessante observar que, nos séculos XIV e XV, a casa não é mobiliada, exceto, talvez, para algumas ricas famílias de elevada condição social. Via de regra, existiam poucos objetos herdados de ancestrais, e essas raras lembranças tinham valor de mercado. Eram nas igrejas que se encontravam lembranças de intimidades. Esse cenário se alterou significativamente no século XIX, quando a casa estará cheia de móveis e de pequenas lembranças, quase sempre sem valor econômico, mas capazes de evocar para a família um ancestral

Imagem 3: Jean François de Troy, “A leitura de Molière”, 1728. Esta obra é um exemplo de grupo de convivialidade, espaços privados onde as pessoas se reuniam para conversar ou ler em voz alta.



¹¹ RANUM, Orest. “Os refúgios da intimidade”. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. **História da vida privada, 3**: da renascença ao século das luzes. Org. Roger Chartier. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 214-219.

ou um episódio emocionante. No decurso da modernidade, ocorreu uma elaboração acerca do poder do objeto como depositário da lembrança do outro e das próprias paixões.

Na fase seguinte do processo de privatização ocorreu a organização de *grupos de convivialidade*: associações de conversação, de leitura em voz alta, de debates. Para Chartier¹², esses grupos – mais amplos que a família, porém, mais restritos que a comunidade – eram uma forma de fuga tanto da multidão quanto da solidão. Assim,

Concebida como uma relação de perfeita reciprocidade entre duas pessoas, a amizade é algo ‘a mais’ e só pode se afirmar fora da família ou das instituições que, com ela, assinalam uma ruptura temporária ou duradoura: a escola, os grupos de idade, o exército. Implica um espaço de liberdade: não reconhece amigos escolhidos desde o berço [...] pelos pais, pelos parentes ou pelo acaso que faz duas crianças nascerem no mesmo dia.¹³

Tais grupos adotam como linguagem referências à “fraternidade”, à “confraria” característica da terminologia da família, criando uma sociabilidade razoável e restrita entre indivíduos que se “escolheram” e não teriam se encontrado caso não tivessem se procurado. Contudo, cabe observar que a amizade

¹² CHARTIER, Roger. Figuras da modernidade. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. **História da vida privada, 3**: da renascença ao século das luzes. Org. Roger Chartier. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

¹³ AYMARD, Maurice. “Amizade e convivialidade”. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. **História da vida privada, 3**: da renascença ao século das luzes. Org. Roger Chartier. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 448, 462-463.

[era] um sentimento próprio de homens nobres, discretos e virtuosos. Um sentimento que era habitualmente exteriorizado através da conversação e do convívio galante, da troca epistolar com carácter erudito entre membros de uma academia ou entre confrades. Amizades mantidas e vivificadas por práticas mais ou menos ritualizadas, como era o caso da troca de correspondência, da dedicatória de um livro a um amigo, do sofrimento em conjunto ou do choro ao lado de um amigo, dos encontros frequentes entre companheiros possuidores de interesses literários comuns e mais ou menos convencionais – a composição de odes, de *carmina amicorum*, de versos dedicados àqueles por quem se nutria amor, ou a escrita de epitáfios em honra de um companheiro desaparecido –, e ainda das manifestações rituais do carácter não-interessado que marcava a relação entre pessoas que se queriam bem.¹⁴

No século da Luzes, alguns desses grupos de convivialidade se institucionalizam em clubes, sociedades de pensamento e academias, perdendo, quase sempre, sua informalidade e espontaneidade. Por outro lado, é nesse contexto que nasceu o que J. Habermas¹⁵ chamou de *esfera pública*, quando indivíduos particulares passaram a fazer uso público da razão. Conforme é possível perceber a esfera pública fundamenta-se na esfera privada.

A esfera pública burguesa, enquanto espaço de sociabilidade instituído por pessoas privadas que reclamam uma esfera regulada à

¹⁴ CARDIM, Pedro. Amor e amizade na cultura política dos séculos XVI e XVII. *Lusitania Sacra*, 2. Série, n. 11, Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, 1999, p. 42.

¹⁵ HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

margem da autoridade pública do Estado, assistiu ao nascimento da instância do *público sujeito*, uma entidade crítica que só por meio do uso público da razão alcança publicidade.

Porém, a nova esfera pública não distinguiu somente o Estado da sociedade. A esfera privada também passou por mutações, sobretudo aquelas que derivam da diferenciação entre economia (mercado) e família enquanto “esfera íntima” e, por conseguinte, enquanto lugar mais privado de todos.¹⁶

De fato, é na terceira fase da construção da vida privada, conforme Ariès¹⁷, que a família transmuta-se de uma unidade econômica e de um polo de controle das ações de cada membro para um “lugar de refúgio onde se escapa dos olhares de fora, lugar de afetividade onde se estabelecem relações de sentimento entre o casal e os filhos, lugar de atenção à infância”. Enfim, o que se observa é a passagem da sociabilidade anônima (na rua, no pátio, na comunidade), quando



¹⁶ HABERMAS, Jürgen. *A transformação estrutural da esfera pública*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012.

¹⁷ ARIÈS, Philippe. “Por uma história da vida privada”. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. *História da vida privada*, 3: da renascença ao século das luzes. Org. Roger Chartier. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 15.

o privado e o público se confundiam, para uma sociabilidade restrita.

Foi nesse processo de desenvolvimento da modernidade que surgiu um novo quadro de privatização da vida. No século XVIII emergiu uma mudança no estilo arquitetônico do lar burguês que reservava cada vez maior importância à esfera íntima da família nuclear, isto é, à subjetividade e intimidade próprias dos seus membros. As casas oferecem mais espaço às divisões voltadas à preservação da intimidade na vida doméstica. Desenvolve-se, igualmente, o gosto pelo espaço privado edificando-se o salão como linha divisória entre a esfera privada e a esfera pública.

As pessoas privadas saem da intimidade dos quartos para se projetarem no espaço institucional do salão que, por sua vez, representa o lugar de emancipação econômico-política. Essas mudanças arquitetônicas nas casas refletem a nova privatização da vida. A divisão comum para o homem, a mulher, os filhos e a criadagem ganha espaço, assim como o quarto específico de cada membro da família. De fato, foram os burgueses dos séculos XVIII e XIX que defenderam, paulatinamente, o espaço privado inscrito no interior da casa, reduto de subjetividade e introspecção onde os indivíduos se veem a si próprios como seres independentes.¹⁸

Segundo apontou P. Ariès, a especialização dos cômodos da habitação, surgida inicialmente entre a burguesia e a nobreza, foi seguramente uma das maiores mudanças da vida cotidiana europeia, entre

18 PRIOR, Hélder; SOUSA, João Carlos. A mudança estrutural do público e do privado. *Observatório (OBS*) Journal*, Lisboa, v. 8, n. 3, p. 01-16, set. 2014. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S164659542014000300001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 12 jan. 2017, p.6-7.



Imagem 5: Um dos quartos do Castelo de Vaux-le-Vicomte construído entre 1658 e 1661. A emergência do quarto enquanto reduto de subjetividade e introspecção onde os indivíduos se veem a si próprios como seres independentes é uma das características do período.

as camadas mais abastadas. Correspondeu, segundo o historiador, a uma necessidade nova de isolamento. Nesses interiores mais fechados, os criados não saíam mais das áreas separadas que lhes eram determinadas, disseminando-se o hábito das damas chamarem as criadas com campainhas. Mais um aspecto interessante a ser notado é que, no fim do século XVIII, não se usava mais ir à casa de um amigo ou sócio a qualquer hora, sem aviso. Tratava-se da emergência de um código novo de maneiras, que substituiu a antiga etiqueta. A moderna polidez orientou-se no mesmo sentido de proteção da liberdade e da intimidade individual ou familiar contra a pressão social, obrigando à discrição e ao respeito pela intimidade alheia.¹⁹

19 ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. *História da vida privada, 3: da renascença ao século das luzes*. Org. Roger Chartier. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 257-258

No interior das residências burguesas, assiste-se a uma disciplina familiar mais apertada e de maior intimidade exclusiva entre os membros da família nuclear conjugal. Os filhos passam a ter aposentos separados dos criados ou serviçais. A partir de então, as refeições de família excluem a presença dos criados(as) que devem ficar na cozinha e vir apenas para servir. Desde o século XVIII, a família começou a manter a sociedade à distância, a confiná-la a um espaço limitado, aquém de uma zona cada vez mais extensa de vida particular.

REVOLUÇÃO DO SENTIMENTO: A FAMÍLIA, A MATERNIDADE E OS NOVOS PAPÉIS PRIVADOS

A Europa do século XVIII vivenciou uma guinada colossal na maneira de pensar. Trata-se de uma verdadeira “revolução do sentimento”²⁰ que teve como catalizador as Luzes, com seus discursos que ressaltavam o direito do homem à felicidade, o valor da liberdade, o amor romântico e o contato com a natureza. Essa mudança tornaria o amor a razão principal para o casamento, no que diz respeito às camadas mais abastadas.

Até então, por conta de casamentos arranjados, os cônjuges não costumavam compartilhar intimidade e interesses comuns. Era normal que as esposas dos altos escalões da sociedade tivessem vidas completamente separadas das vidas de seus maridos. Muitas ocupavam-se com atividades intelectuais e culturais. Inclusive, a maioria

²⁰ SHORTER, Edward. **A formação da família moderna**. Lisboa: Terramar, 1995, p. 06.

dos salões literários parisienses era controlada por mulheres casadas com ou sem a presença dos maridos²¹.

Contudo, a ideia promovida por Jean-Jacques Rousseau em seu livro *Emílio ou Da educação*²² de que as mulheres eram criaturas domésticas que deveriam ser comandadas por seus maridos e excluídas da vida pública, prevaleceu após a Revolução Francesa. De fato,

A maior parte dos homens das Luzes ressaltou o ideal tradicional da mulher silenciosa, modesta, casta, subserviente e condenou as mulheres independentes e poderosas. A percepção do crescimento da influência feminina nas Cortes e fora delas, nos salões, fez crescer o coro das vozes que temiam a intromissão das mulheres na política, na cultura e na vida social, considerando-a pernicioso.²³

Imagem 7: *Emílio ou Da Educação* (1762). Esta obra converteu-se em um dos livros mais lidos na Europa. Durante a Revolução francesa o *Emílio* serviu como inspiração para o novo sistema educativo nacional.

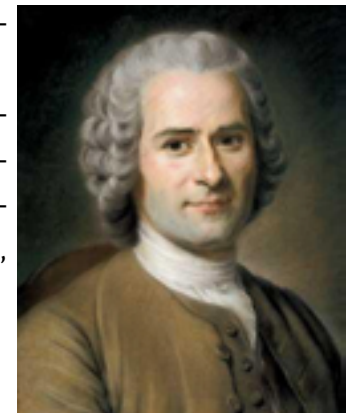
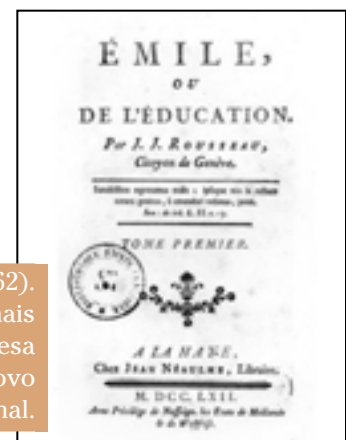


Imagem 6: Jean-Jacques Rousseau (1712-1778).



²¹ YALOM, Marilyn. **A história da esposa**: da Virgem Maria a Madonna: o papel da mulher casada dos tempos bíblicos até hoje. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002. p. 190.

²² ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da Educação**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

²³ PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. Mulheres: igualdade e especificidade. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 267.

Nesse contexto, a mulher que atuava nos territórios “masculinos” da cultura e da política foi renegada em favor da mulher doméstica, que tem na família o centro de sua vida. O cotidiano das mulheres se transformou. A família tornou-se uma entidade separada, uma esfera privada de lealdade intensa e defesa impermeável.

A divisão entre o mundo privado e o público colocou fim às aspirações políticas das mulheres da alta sociedade. No lugar do engajamento ativo nas tomadas de decisões, a mulher se transformou “na mão que balança o berço” e “no poder por trás do trono”. As mulheres da burguesia assumiram o papel decorativo, que não se via desde o auge da Renascença italiana.²⁴

Na França, a situação das mulheres casadas regrediu. Com o Código Civil de Napoleão, em 1804, revogou-se todos os esforços para instituir os princípios de igualdade entre maridos e esposas. Estas eram consideradas propriedades de seus companheiros, a quem pertenciam e deviam absoluta “obediência” em troca de “proteção”.²⁵

Outro aspecto que viveu uma transformação radical no século XVIII foi a noção de maternidade. As mudanças nas estruturas familiares e na ideia sobre casamento e a redefinição dos papéis conforme o gênero, resultou em uma nova feição para a maternidade. Também nesse aspecto, devemos destacar a contribuição de Rousseau em *Emílio ou Da educação*. Trata-se de um relato fictício da educação de um menino, que projetava uma nova visão da infância e da criança propriamente dita. Para o pensador, os pequenos eram

naturalmente bons. Ele recomendava aos pais que dessem aos filhos liberdade e educação. Além disso, levantava a questão das mães que enviavam os filhos para as amas-de-leite. Rousseau recomendava que as mães amamentassem e criassem seus filhos e recriminava àquelas que não o faziam por darem preferência a outros interesses:

Imagem 8:
Mary Cassat,
“Maternidade”,
1890. A maternidade
transformou-se
paulatinamente
no decurso da
Época Moderna
alcançando um
status especial.



²⁴ FORNA, Aminatta. **Mãe de todos os mitos**: como a sociedade modela e reprime as mães. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999. p. 49.

²⁵ YALOM, Marilyn. **A história da esposa**: da Virgem Maria a Madonna: o papel da mulher casada dos tempos bíblicos até hoje. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002. p. 200-201.

—
Não satisfeitas em desistir de criar os filhos, as mulheres desistiram de tê-los [...] o resultado é natural. Tão logo a condição da maternidade se torna uma carga, encontra-se um meio de se desvencilhar completamente dela. [...] Mas quando as mães se dignarem a criar os filhos, a moral as reformará, os sentimentos naturais serão despertados em todos os corações, o Estado será repopulado [...] o atrativo da vida doméstica é o melhor antídoto para a moral ruim.²⁶
—



Imagem 9: Jean-Baptiste-Siméon Chardin, “Le Bénédicité”, 1740. Na parte inferior da tela é possível observar brinquedos infantis cujo surgimento data do período moderno.

26 ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou Da Educação**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014, livro I.

Na verdade, até o século XVIII, os pais pareciam indiferentes aos filhos. Inclusive, a infância era curta e dura e a relação mãe-filho mal existia. Philippe Ariès destaca que a “ideia de infância” era um conceito estranho à sociedade medieval:

—
[...] o sentimento da infância não existia – o que não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças. Corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia. Por essa razão, assim que a criança tinha condição de viver sem a solicitude constante de sua mãe ou de sua ama, ela ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais destes.²⁷
—

Via de regra, a criança vinha em último lugar na hierarquia da casa. Suas necessidades eram suplantadas pelas tarefas domésticas, os deveres para com o marido e outros membros da família, o trabalho e outras ocupações. O novo lugar ocupado pela criança ainda estava começando a se esboçar.


No final do século XVIII, o bebê que vinha à luz tinha pouco mais que 50% de chance de ultrapassar o marco dos dois anos. A falta de cuidados e de higiene, a desnutrição e a deficiência da medicina, o abandono de crianças quando as condições econômicas se tornavam duras demais para as classes populares estão entre os fatores que favoreciam essa mortalidade. O estatuto do lactente era pouco invejável. Por um lado, incomoda a burguesa nas suas atividades

27 ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1981, p.145.

mundanas e, por outro, sobrecarregava a operária obrigada a trabalhar do raiar do sol ao anoitecer.²⁸

Por isso, na época de Rousseau, a instituição das amas-de-leite era prática comum, um padrão na verdade. É importante lembrar que o amor que a maioria das mulheres sentem pelos filhos é alimentado e apoiado pelos valores sociais e ambientais que existem hoje. Assim como as reações das mulheres do século XVIII eram baseadas nos costumes e nas condições de sua época. Em vista da taxa de mortalidade infantil muito superior à de hoje, a morte de uma criança era um evento comum, mas nem por isso deixava de merecer luto ou lamentações. Datam desse período também o aparecimento dos primeiros brinquedos e livros escritos especialmente para crianças.²⁹

No contexto de amplas mutações sociais e urbanas que marcaram o fim do período moderno, as ideias de Rousseau se espalharam como labaredas e atraíram a atenção popular:


[...] *Emílio* teve larga circulação na Europa, e tornou-se simplesmente um texto da moda, na medida em que conseguiu despertar a curiosidade para uma nova e revolucionária sensibilidade em relação à infância e aos problemas pedagógicos.³⁰

28 FORNA, Aminatta. *Mãe de todos os mitos*: como a sociedade modela e reprime as mães. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999. p. 36.

29 LOPES, Alberto; FARIA FILHO, Luciano M. de; FERNANDES, Rogério (Orgs.). *Para a compreensão histórica da infância*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

30 CAMBI, Franco. *História da pedagogia*. São Paulo: EDUNESP, 1999, p. 345.

Foi ele quem criou e desenvolveu a noção de um laço vital entre a maternidade e a moralidade. A maternidade que até então não tinha um status especial transformou-se paulatinamente nas décadas seguintes. As mulheres francesas começaram a amamentar, encontrando um novo interesse nos filhos. No século ulterior, consolidou-se um novo status de mãe. Era tarefa da mulher tornar o lar um lugar de abrigo, ela era o “anjo do fogão” que criava o ninho para os filhos e um refúgio para o marido.³¹

Esse pensamento ganhou força muito rapidamente em vários países na época da Revolução Francesa e das Guerras Napoleônicas (1789-1815), consolidando-se nas leis, na imprensa, na opinião pública e na política de Estado. Rousseau escrevera: “uma mulher virtuosa é um pouco menos que um anjo”. Na virada para o século XIX, a comparação entre mulheres perfeitas e anjos tornou-se lugar comum. Ganham força as imagens polarizadas das diferenças entre homens e mulheres, da “evidência”, da incapacidade feminina e da “natural” autoridade masculina como justificativa para as disparidades.

Intensificou-se também o peso sentimental conferido ao lar, tido como local de aconchego e moralidade. O novo modelo de maternidade em desenvolvimento – mães devotadas, que amamentavam, educavam os seus filhos nos primeiros anos de sua vida e administravam a formação das moças, exigia, por sua vez, mais tempo e energia. Trabalho e lar começaram a ser vistos como dois campos opostos e incompatíveis para as mulheres de “boa família”.³²

31 FORNA, 1999. p. 37.

32 BRESCIANI, Maria Stella. O anjo da casa. *História & perspectiva*. n. 07. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia. jul./dez., 1992.



Imagem 10: François Hubert Drouais, “Family Portrait”, 1756.

Em fins do século XVIII, graças aos avanços científicos, diferencia os papéis sexuais ao opor homens políticos e mulheres domésticas, limitadas ao cuidado do lar e da família.

O século XIX, com a marca da modernidade, redesenhou as experiências femininas, popularizou o ideal da mulher restrita à esfera doméstica, limitada ao cuidado do lar e da família, maximizou o imaginário da segregação sexual dos espaços público e privado, reforçando concepções tradicionais da inferioridade feminina. Por outro lado, viu florescer o feminismo e a ação das mulheres em diversos movimentos sociais.³³

33 PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. Mulheres: igualdade e especificidade. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 265.



O CORPO PRIVADO: NOVAS FRONTEIRAS E SENSIBILIDADES

O século XVIII havia apurado, como vimos, a distinção entre o público e o privado. Segundo Michelle Perrot³⁴, “o público tinha se desprivatizado até certo ponto apresentando-se como a coisa do Estado”. O privado, por muito tempo considerado insignificante, viveu um processo de revalorização e se converteu em sinônimo de felicidade. Assumiu um sentido familiar e especial que, no entanto, estava longe de esgotar a diversidade de suas formas de sociabilidade.

Do Renascimento às Luzes, observa-se um nítido desenvolvimento da esfera doméstica, seguindo-se a promoção da família conjugal a espaço de intimidade, em detrimento de uma sociabilidade mais ampla, ligada à paróquia, à vizinhança, à amizade e ao parentesco. Esse movimento chegou ao apogeu com a vida doméstica burguesa do século XIX, centrado no santuário do lar, para enfraquecer-se nitidamente durante o último terço

34 PERROT, Michelle. “Outrora, em outro lugar”. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. *História da vida privada*, 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Org. Michelle Perrot. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 14.

do século xx, quando o conceito de privado não só se retrai como se modifica profundamente.³⁵

Longe de ser um dado natural, a emergência do casal legítimo é intimamente dependente da evolução geral da civilização entre os meados do século xvi aos do século xx, o núcleo conjugal clássico

constituiu a unidade básica primeira, lugar privilegiado de encontro de corpos individuais e das normas e único espaço lícito de expressão da sexualidade. Somente por meio do casamento formal era permitido usufruir dos prazeres da carne.

Segundo Robert Muchembled³⁶, o século xvii registra uma intensa dessexualização, que atinge até mesmo o casal legalmente constituído, incitado a exercer os deveres conjugais sem buscar neles a volúpia. Para os moralistas do período, “a volúpia designa os excessos carnis que degradam o ser humano”. A Igreja com seus confessores



Imagem 11:
Fritz Zuber-Bühler,
“O relojoeiro e
sua família”.

³⁵ MUCHEMBLED, Robert. O orgasmo no Ocidente: uma história do prazer do século XVI a nossos dias. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007. p. 32.

³⁶ MUCHEMBLED, 2009, p. 33.

aconselhava a não amar por demais intensamente o cônjuge, sendo o único comportamento admissível a *penetração fecundante*, o homem em cima da parceira, sem visar o gozo por si só.

Com o alvorecer do século xviii, marcado pelo crescimento urbano e a decolagem econômica, assiste-se à consolidação de uma nova concepção da sexualidade. A ética protestante na Inglaterra, a reconquista espiritual católica na França e a difusão da civilidade em toda a Europa haviam contribuído para ensinar as virtudes da moderação e da contenção. Esses valores instalam-se no interior da família e passam a organizar as relações matrimoniais.



Imagem 12:
Vasily Pukirev,
“O casamento
desigual”,
1862.

No decurso desse período, os homens estabelecidos das grandes metrópoles europeias passam a controlar de perto o conjunto das relações sexuais, de forma muito distinta do universo camponês anterior. Limitam o acesso dos rapazes solteiros à reprodução e ao gozo carnal pelo controle do desejo, seja pela culpa ou pela vergonha, impõe o discurso de interdição da masturbação ou da homossexualidade além da definição idealizada das esposas. Segundo Munchembled³⁷, trata-se de uma mudança profunda que corresponde a uma modernização do sistema patriarcal, sob o efeito de transformações econômicas, políticas e religiosas.

A Revolução Francesa acentua a definição das esferas pública e privada, herança das Luzes, valoriza a família e diferencia os papéis sexuais ao opor homens políticos e mulheres domésticas. Na verdade, ainda no século XVIII, com o desenvolvimento da biologia e da medicina, ocorre uma “sexualização” do gênero. Homens e mulheres passam a ser identificados com o seu sexo. Essa biologização as diferenças entre os sexos e a sexualização do gênero tem implicações teóricas e políticas consideráveis. Por essa lógica, as mulheres devem se curvar à sua função reprodutora materna e doméstica.

O resultado desse discurso será a retirada das mulheres dos locais públicos e sua exclusão dos processos políticos. No decurso do século XIX, a participação das mulheres nos cafés e cabarés franceses sofre uma diminuição significativa. A cultura do café popular, bem como a do clube ou do círculo burguês, converte-se em nitidamente masculino. As mulheres têm seus próprios lugares: os mercados, os lavadouros e as lojas. Crescem as associações devotas ou caritativas.

³⁷ MUCHEMBLED, 2009, p. 32.

As mulheres “adequadas” não falam de política, é inconveniente e mal-educado. O século XIX impôs o silêncio público às mulheres.³⁸

SOBRE O CORPO: DO PÚBLICO AO PRIVADO

O Renascimento inaugurou uma nova relação com o corpo que passa a ser investigado, descrito e analisado. A redescoberta do corpo está presente nas obras de arte que revelam seus aspectos anatômicos e biomecânicos. Contudo, do ponto de vista filosófico, predomina a concepção do dualismo corpo-alma.³⁹ Nesse sentido, René Descartes (1596-1650) ofereceu importante contribuição: o homem era constituído por duas substâncias, uma pensante, a alma, a razão; e outra material, o corpo, algo completamente distinto da alma. O corpo físico passou então a estar a serviço da razão. O século das Luzes acabou por acentuar essa dicotomia. O pensamento iluminista negou a vivência sensorial e corporal, destinando ao corpo um plano inferior.



Imagem 13: Frans Hals, “Porta retrato de René Descartes”, 1649.

³⁸ PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da História*. São Paulo: EDUSC, 2005. p. 464.

³⁹ Desde a Antiguidade, filósofos como Platão e Aristóteles já haviam refletido sobre a natureza da alma (ou mente) e apontado para aquilo que julgavam ser algumas de suas características especiais, tais como, a sua imaterialidade e a imortalidade. Porém, René Descartes (1596-1650) explicitou a necessidade de uma distinção clara entre mente e corpo e reacendeu um debate que atravessou todo o pensamento moderno. Para saber mais cf. MATTHEWS, Eric. *Mente: conceitos-chave em Filosofia*. São Paulo: Artmed, 2007.

Não é possível compreender o sentimento de intimidade que passa a orientar a vida privada no século XIX sem uma reflexão preliminar sobre essa dicotomia entre alma e corpo. A mensagem cristã pauta-se pelos limites dogmáticos do desprezo pela carne, reforçado pelo mistério da Encarnação, o mistério da Eucaristia e a fé na Ressurreição. Soma-se a isso uma visão pessimista, refinada pelos Padres da Igreja e retomada pelos jansenistas modernos, que reduz os despojos mortais a uma provisória prisão, que compromete a alma com os seus instintos e pode impedi-la de alcançar a pátria celestial. Desse modo, justifica-se a guerra permanente contra os anseios e os impulsos orgânicos.⁴⁰

Portanto, é sobre o corpo que as normas da civilidade se exercem com maior rigor. Ao longo da modernidade, uma incansável moralização das condutas ordena que se esqueça o corpo e nele se respeite a presença divina. Nas relações cotidianas, progressivamente se impôs uma distância que, do corpo ao corpo, tende a intercalar o espaço neutro que governa a ameaçadora espontaneidade da sensualidade.

Às vésperas do Iluminismo, toda uma gama de práticas corporais cai numa clandestinidade furtiva e vergonhosa. Organiza-se ao redor do corpo uma esfera do silêncio e do segredo. Antes de nos aprofundarmos nesse esquema geral de mudança de comportamentos entre o século XVI e o começo do XIX, cabe, contudo, apresentar algumas ressalvas apontadas por Jacques Revel⁴¹:

40 CORBIN, Alain. "O segredo do indivíduo". In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. **História da vida privada, 4**: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Org. Michelle Perrot. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 407.

41 REVEL, Jacques. "Os usos da civilidade". In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. **História da vida privada, 3**: da renascença ao século das luzes. Org. Roger Chartier. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

- 1) Tais transformações se efetuaram em ritmos, segundo cronologias muito variáveis;
- 2) As revoluções que afetam os costumes não se inserem necessariamente ao longo de toda a era moderna;
- 3) A história do asseio, quase sempre inscrita nas sombras, revela uma nova sensibilidade que emerge em meados do século XVIII e traduz uma silenciosa evolução de uma outra forma de intimidade.



Imagem 14: Pierre Auguste Renoir, "Depois do banho".

Veremos, a seguir, mais detalhes a respeito da questão da civilidade e do desenvolvimento do asseio.

A CIVILIDADE E AS NOVAS SENSIBILIDADES

Pelos manuais de civilidade se constrói o corpo. Graças a seu efeito magnetizador, com eles tornamo-nos outros. Como disse Le Breton, o homem não é um indivíduo, mas um nó de relações.⁴² Observada de perto, a concepção de corpo representada nos manuais de civilidade não separa o indivíduo do grupo, não o isola, nem o encerra numa abstração anatômica e fisiológica. Ao contrário, tais manuais são representações coletivas que fazem parte do sistema de poder da sociedade, com vista a certo tipo de integração. Eles apresentam-se como um discurso, fazendo circular na sociedade modos de ser, de sentir e de agir.

Conforme ensina Norbert Elias em seu clássico *O processo civilizador*⁴³, com o avanço da urbanização que caracterizou a emergência do Estado no final da Idade Média, as pessoas passaram a se relacionar cada vez mais estreitamente. Nesse contexto, o controle do comportamento passa a ser ensinado desde os primeiros anos, formando o que vai ser denominado de uma segunda natureza, “como uma espécie de automatismo, uma autocompulsão à qual ele não poderia resistir, mesmo que desejasse”⁴⁴. Em meio a essa teia de ações tão complexa, que leva o indivíduo a comportar-se “corretamente” através de um controle consciente, somado a um complexo aparelho de controles socialmente exigidos, relacionam-se os

⁴² Le Breton, D. *Adeus ao corpo*: antropologia e sociedade. Campinas: Papyrus, 2003.

⁴³ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*: formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

⁴⁴ ELIAS, 1993, p. 196.



Imagem 15:
Peter Paul
Rubens,
“Family
of Jan
Brueghel
the Elder”,
1615.

manuais de comportamento que ditavam modelos de desempenhos sociais considerados civis.

Com efeito, o século XVI marca o início de um intenso esforço de codificação e controle dos comportamentos. Nasce uma linguagem dos corpos que se destina aos outros que devem poder captá-lo. Essa linguagem projeta o indivíduo para fora de si mesmo e o expõe ao elogio ou à crítica do grupo. Segundo Revel:

As regras da civilidade que se impõem então podem ser compreendidas como uma manobra para limitar ou até mesmo negar a vida privada. Assim, podemos tentar acompanhar ao longo de três séculos o deslocamento dessa fronteira que progressivamente circunscreve o privado ao íntimo, depois o íntimo ao secreto ou até o inconfessável.⁴⁵

Durante toda a era moderna, assiste-se à transformação das sensibilidades e das práticas que resultam em uma reorganização das formas da experiência social. Cabe considerar que o rompimento da unidade católica, o questionamento das rígidas hierarquias medievais e o início da instauração da ordem absolutista, produziu um período de reposicionamento social e cultural que tornou mais complexa as relações entre os grupos. Essa sociedade em plena transformação carecia de uma linguagem comum e de novos pontos de referência. Os manuais de civilidade ocuparão esse lugar.

Para Norbert Elias, a privatização é consubstancial à civilização. Analisando os tratados de civilidade desde a época de Erasmo de Roterdã (1530), ele mostra como tal refinamento das sensibilidades também chamadas de “pudor” faz com que certos hábitos, como assuar o nariz, defecar, fazer amor, etc., antes realizados em público, sem complexos, estão fadados à sombra da discrição. As maneiras de comer, de se lavar, de amar, de viver, se modificam de acordo com uma autoconsciência que passa pela intimidade dos corpos.

⁴⁵ REVEL, Jacques. “Os usos da civilidade”. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. **História da vida privada**, 3: da renascença ao século das luzes. Org. Roger Chartier. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 169.

O amplo movimento de mutação dos comportamentos que ocorrem entre o século XVI e o XVIII tem como sentido uma maior adequação às normas e uma busca pela uniformização imposta. Segundo Elias, essa imposição repousava nas pressões exercidas pelo grupo sobre cada indivíduo, de cima para baixo, mas também na incorporação de regras sociais por parte de cada um. Assim, a civilização pode ser entendida como a tradução de uma virtude individual e de uma vontade social que ao mesmo tempo organiza a coletividade e controla as pessoas.

É interessante perceber que as civilidades visavam criar entre os homens as condições de um relacionamento agradável, lícito e adequado às normas de uma sociabilidade cada vez mais imperativa e insinuante, situando no limite todo ato individual sob o olhar de todos. Por outro lado, convidam cada indivíduo a separar em si mesmo o que é mostrável daquilo que deve ser ignorado:

Dessa forma o espaço individual vê-se simultaneamente pelo controle coletivo e, em parte, rechaçado ao silêncio vergonhoso das proibições. Entretanto seria errôneo separar nitidamente os dois aspectos dessa evolução: são como o avesso e o direito de uma mesma história social das sensibilidades.⁴⁶

⁴⁶ REVEL, 2009, p. 186.

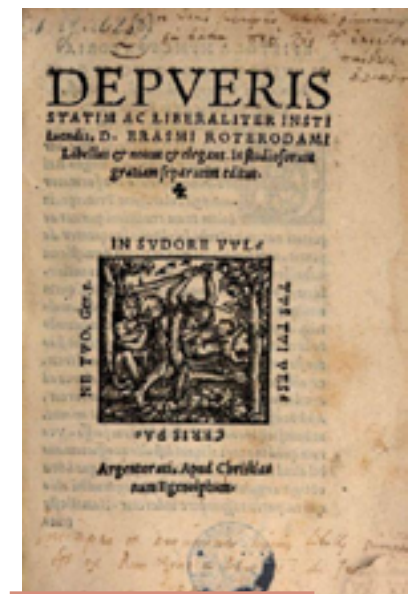


Imagem 16: Erasmo de Roterdã, “De Pueris”, 1529.

Cabe ainda considerar que a literatura da civilidade faz parte do ritual de uma sociedade hierárquica. Seus preceitos são enunciados de maneira diversa, segundo as relações entre as pessoas, posição, prestígio, autoridade. Não existe regra absoluta, e a primeira missão da civilidade consiste em reconhecer o próprio lugar de cada um na relação social. No último terço do século XVII, os valores da civilidade se impõem na França a um público maior e também mais diversificado:

doravante existe uma família de civilidades, para as pequenas escolas e para os colégios burgueses, para a corte e para a cidade, para a alta aristocracia, a pequena nobreza da província e os *burgueses gentis-homens*. [...] Além das diversidades das práticas particulares, a civilidade continua a sugerir a todos que partilhem uma referência comum.⁴⁷

Do século XVIII até o início do século XIX, a civilidade conheceu sua mais ampla divulgação social. Contudo, a partir daí é vista apenas como uma polidez empobrecida. Exatamente por se dirigir a todos, a civilidade se vê destituída de profundidade. Os homens das Luzes denunciam as convenções abusivas que limitam e deformam as relações entre os homens. Rousseau, por exemplo, valorizava as virtudes encontradas numa natureza humana moral e boa, contra a tirania dos costumes, apelava ao coração e à razão, recursos esquecidos da intimidade.

O século XIX, com a imposição de novos códigos de comportamentos coletivos, assistiu ao triunfo do indivíduo e do privado. Entre a sociedade civil, o privado, o íntimo e o individual, traçam-se

⁴⁷ REVEL, 2009, p. 202.

em círculos idealmente concêntricos e efetivamente entrecruzados.⁴⁸ O encerramento na família nuclear está entre os fatores que justificam a decadência das antigas sociabilidades. Uma intimidade que acabou tornando-se tirânica, prevaleceu sobre o homem público, assinalando, desse modo, o fim da civilidade.

ENTRE O VISÍVEL E O INVISÍVEL: O ASSEIO, A ROUPA-BRANCA E O TRIUNFO DAS APARÊNCIAS

Como fez referência Norbert Elias, o vestuário é o corpo do corpo⁴⁹. A maneira de vestir revela o estado da alma. De fato, a indumentária funciona como parte essencial da existência humana e representa uma maneira de perceber os meandros da sociabilidade. Expressão privilegiada da irrupção de novas maneiras de perceber o mundo e o corpo humano, a vestimenta coloca-se na fronteira entre o universo individual e o mundo coletivo revelando conexões entre o microcosmo corporal e o macrocosmo social que constitui as tramas culturais.

O historiador Daniel Roche, em sua obra *A cultura das aparências*⁵⁰, defende que “a história da roupa nos diz muito acerca das civilizações: ela revela seus códigos”. Segundo aponta, pode-se compreender qualquer sociedade por aquilo que ela mostra e ainda mais

⁴⁸ PERROT, Michelle. Introdução. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. *História da vida privada*, 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Org. Michelle Perrot. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 09.

⁴⁹ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*: uma história dos costumes, v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p. 89.

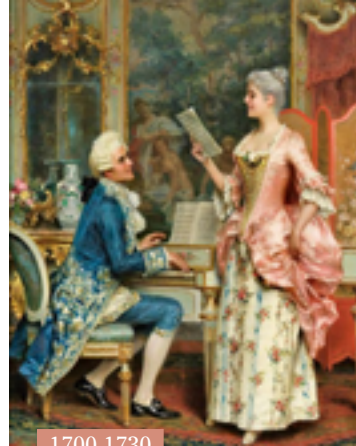
⁵⁰ ROCHE, Daniel. *A cultura das aparências*: uma história da indumentária (séculos XVII-XVIII). São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.



1665-1700



1700-1730



1730-1775



1775-1789



Imagem 17: Evolução da moda entre o século XVII e XVIII.



1789-1800



por aquilo que ela esconde. Por essa lógica, as roupas de cima acabam por revelar as relações com as aparências exteriores, marcada pelo espírito de representação. Contudo, o pensamento filosófico do Século das Luzes traz à tona uma nova higiene como

referência, reconhecendo que tudo está ligado, o de cima e o de baixo, o corpo e a alma.

Entre os séculos XVII e XVIII, o novo tratamento dado ao corpo coloca em causa a decência e a roupa íntima como signos sociais de referência para regras de comportamento. Foi nesse contexto que moldaram-se e difundiram-se as maneiras de conduta e os códigos de ação associados à invenção da roupa-branca. Segundo Roche, a substituição dos hábitos que se inicia na virada do século XV para o século XVI, marcada pelo jogo social das aparências veladas e desveladas, a roupa-branca contribuiu para criar uma fronteira entre os espaços

privados e públicos, onde os corpos são jogos complexos, onde as famílias e suas lições são sempre a instância pedagógica principal.⁵¹

O *linge*, ou roupa-branca/roupa íntima, foi associado, no decorrer da modernidade, à imagem do asseio e uma das materializações da difusão das regras do comportamento. Assim como nos dias atuais, seu uso contribuía para a definição das fronteiras das aparências entre o que deve ser usado para o público e para o privado. “Para todos, por causa de sua posição intermediária, por sua proximidade do corpo, que a designa como uma espécie de segunda pele, a roupa-branca adquire um valor carnal que os rituais de socialização realçam.”⁵²

No entanto, a invenção e difusão da roupa-branca não pode ser lida unicamente como reflexo dos movimentos ligados ao asseio, trata-se de bens de prestígio, tesouro dos ricos e dos pobres, exibidos no dia das núpcias. No jogo da distinção, essas peças são arrastadas pelo turbilhão das modas, convertem-se em um marcador eficiente das topografias sociais. O avanço do consumo de roupa-branca aparece como resultado da riqueza e do desejo de ostentar.

⁵¹ ROCHE, 2007, p. 163.

⁵² ROCHE, 2007, p. 165.





Imagem 18: Louis-Léopold Boilly, “La Toilette intime ou la Rose effeuillée”, 1790.

Contudo, para além do modismo, não é possível compreender o lugar da roupa-branca sem tratar dos hábitos de higiene e asseio corporal. Segundo Revel, do final da Idade Média até meados do século XVIII, a limpeza em geral dispensava água e ignorava o corpo, à exceção do rosto e das mãos, que eram as únicas partes expostas:

os cuidados concentravam-se no visível, na roupa, e sobretudo na roupa-branca, cujo frescor ostentado na gola e nos punhos constituem sinal autêntico do asseio. [...] Porém, ao mesmo tempo, é inseparável de uma ideia do corpo que rejeita a água como um agente perigoso, suscetível de penetrar por toda parte.⁵³

Por isso, a toailete devia ser “seca”, ou seja, consistia em friccionar-se e perfumar-se. Nesse contexto, a roupa-branca revela em público a limpeza da pessoa. Por meio dela, distingue-se um fora e um dentro, um em cima e um embaixo. Para a maior parte da população europeia na modernidade, para quem a água era rara, a roupa-branca

53 ROCHE, 2007, p. 195.

conservou seu papel adquirido no final do século XVI de agente substitutivo para a limpeza da pele:

realçando os privilégios do visível, organiza-se em sistema todos os elementos das conveniências: o branco da roupa-branca, o asseio do traje, a limpeza do rosto e das mãos, o enfarinhamento das perucas, a abundância dos perfumes, mesmo o excesso de maquiagem e dos cosméticos. A roupa-branca fresca, alvejada, permite ao corpo um certo frescor, pois enxuga os suores graças à mudança de camisa.⁵⁴

O século XVIII presenciou, de fato, a invenção da roupa-branca, generalizando seu uso ordinário. Devemos destacar inclusive que, em Paris, o asseio pela roupa-branca, triunfante na corte e na cidade durante o reinado de Luís XIV, não esteve realmente ao alcance de todos, senão um século mais tarde.

Daniel Roche, analisando a composição dos guarda-roupas parisienses entre o século XVII e



Imagem 19: Etienne Jaurat, “Uma senhora e sua empregada doméstica”, 1770.

54 ROCHE, 2007, p. 185.

xviii, aponta que as roupas femininas de baixo não eram mais numerosas e nem mais caras que as roupas íntimas masculinas. Dentre seus componentes, destacam-se: o saiote; a camisa; os toucados; as meias de linha ou de seda; a panóplia das roupas íntimas (ceroulas) e das roupas de dormir e o espartilho. Posteriormente acrescentou-se o corpete, o roupão, lenços e adornos. Além disso, a qualidade melhorou de modo geral, o tecido fino de Holanda ou de França, as cambraias e as musselinas, por vezes a seda. Também multiplicaram-se os enfeites, as rendas e as peças ficaram mais requintadas.⁵⁵

Os guarda-roupas masculino, por sua vez, continham menos roupas de baixo e acessórios. Dois elementos eram comuns: a camisa e as meias. Já as roupas de dormir e os lenços de assoar apareciam em menor proporção. Rendas, lenços bordados, punhos de linho, tecidos finos constituíam a marca de sucesso de alguns talentosos advogados e médicos ricos. A alta nobreza apresentava uma variedade maior de peças, além de camisas e meias às dúzias. Roche elenca corpetes, camisolas, robes, roupões, casacos de cama, gorros de dormir e roupas-brancas de toalete de barba.⁵⁶

Por outro lado, é curioso observar que as verdadeiras roupas de baixo, a roupa-branca invisível em que se percebe uma relação privilegiada com o corpo e com o erotismo, não eram usuais: ceroulas e culotes eram raros mesmo nos guarda-roupas aristocráticos. Uma concepção do corpo e das relações sexuais revela-se nesse vazio

55 ROCHE, 2007, p. 174-175.

56 ROCHE, 2007, p. 181-183.

propício. Via de regra, o uso das roupas íntimas era muito limitado, a toalete íntima era rara para todos e a conquista progressiva da água apenas para os ricos. Coube ao século XIX generalizar o uso da roupa de baixo graças à mudança na concepção das relações corporais.⁵⁷

Imagem 20:
Maurice
Quentin de
La Tour,
“Jean-Joseph
Cassanea De
Mondonville”,
1747.



57 ROCHE, 2007, p. 189.

glas Costa; Diego Souza. A entrada do atacante do Sport já era certa. Uma vez que Diego Souza foi convocado para substituir Gabriel Jesus, cortado por uma lesão. O jogador brasileiro tem características muito fortes de complexidade, imprevisibilidade e instabilidade; falar em liderança é falar, acima de tudo, da capacidade de alguém influenciar o outro para que algo seja feito da melhor maneira possível. Ser líder no ambiente de trabalho representa...

gestores do passado? onde diferença é que, à la que o conhecimento tornou o principal ativo e os resultados passaram a ser tão dependentes das pessoas, funções administrativas tão requeridas da gestão do passado, embora ainda importantes, não são mais suficientes para que se mantenha um time engajado. O novo líder precisa ter competências de ordem pessoal, emocional e social que mexer com pessoas em elas para que sintam contribuído estão fazendo.

ses papéis tendência As organizações mais dinâmicas As estruturas mais modernas estão de qualidade só faz com galgarem forma te do p uma portat jovial uma l Essa m das e rine

DE PVERIS STATIM AC LIBERALITER INSTI tuendis, D. BRASMI ROTEROD Libellus et noius elegant. In flua gratiam separatis



o grande desafio es líderes? der precisa entender 4 um construtor de

Na próxima semana, entre os dias 21 e 22, especialistas em Recursos Humanos se reú-

TAMAN enha sido o momento s. Quas olma-Te rgueu iros: de indo acha para "Fiqu eu conh ores, int A estatut



OS em cursos on- estão abertas o Estado. As parte do pro- MES. dos devem 5 anos e po- er pelo site ades.es.gov. le junho. É em cadas no ato de s inform o dos clz zada pe s ofere olvime preen de si "Cu A ca s. an DE gas nd

munos... mes. Cada vez mais env, das com o universo virtu os hábitos das crianças tar bém se tornaram um desa. mais. Como monitor



CAPÍTULO 3:

JOSEMAR MACHADO

NASCIMENTO DA OPINIÃO PÚBLICA MODERNA: DOS PRIMÓRDIOS ATÉ O ILUMINISMO

Ao longo desse capítulo, buscaremos esclarecer o que significou a expressão *opinião pública* em um momento histórico preciso: do início do século XVI ao fim do século XVIII. Voltaremos, portanto, nossa atenção à *opinião pública moderna*. De fato, quando buscamos um significado corrente nos dias de hoje para a ideia de opinião pública encontramos definições do tipo: opinião pública é “um agregado de visões, atitudes e crenças individuais sobre uma questão particular, expressada por uma proporção significativa de uma comunidade” ou, de forma ainda mais sintética e simplista, opinião pública é “o que a maior parte das pessoas pensam sobre alguma coisa”⁵⁸. Contudo, o que se entende por opinião pública cuja origem ocorreu no período moderno é algo mais complexo e ao mesmo tempo mais específico do que as definições atuais sugerem.

⁵⁸ “Public opinion”. Encyclopaedia Britannica Ultimate Reference Suite. Chicago: Encyclopaedia Britannica, 2010. COLIN, P. H. Dictionary of politics and government. Londres, Bloomsbury Publishing, 2004. p. 197.

la LUZIA e da reside pessoas. Saber antes o que os os pensam ajudará a evitar atritos. escritas e pa

na preteritura in- o local não está ara banho, princi- pela proximidade

and e se transi novo ponto t tencial é gran timento”, sug Assim c

Cerevius B ating the a TA Information of

A opinião pública que surgiu durante a época moderna – recorrentemente chamada também de opinião pública racional ou crítica – foi fruto do que o filósofo alemão Jürgen Habermas chama de esfera pública burguesa. Essa última caracterizava-se por ser “o domínio da vida social na qual a opinião pública é formada. Ela emerge, historicamente, entre a burguesia do século XVIII, não menos importante, no desenvolvimento dos jornais e da imprensa livre”. Dessa forma, a esfera pública, ou espaço público⁵⁹, não é

geográfica, ela pode mesmo se afirmar atópica quando assume a forma de uma folha de jornal, rapidamente transformada em um pequeno aviso colado sobre um muro. O espaço público corresponde à publicidade de uma convicção privada que vem alimentar o debate coletivo e participar à elaboração de uma *opinião pública*⁶⁰.

Por conseguinte, a função da esfera pública foi de ser “/.../ uma intermediária entre o domínio público do estado e os interesses privados dos membros individuais da burguesia”. Ela adquiriu a forma de uma “associação voluntária de cidadãos privados unidos em torno

59 Esfera pública ou espaço público, ambos as expressões são adequadas para se traduzir a expressão alemã *Öffentlichkeit* que compõe o título do livro de Jürgen Habermas *Strukturwandel der Öffentlichkeit*. Nas traduções para as línguas portuguesa e inglesa, os tradutores preferiram esfera pública, mas já na tradução francesa a expressão escolhida foi espaço público. Cf. *L'espace public. Archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise*. Paris: Payot, 1978.

60 PAQUOT, Thierry. *L'espace public*. Paris: La Découverte, 2010. p. 32.

de um objetivo comum, fazer uso da própria razão em uma discussão sem restrição entre iguais”⁶¹.

A OPINIÃO PÚBLICA MODERNA: CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em busca de compreender a chamada *opinião pública moderna* precisamos inicialmente apresentar algumas observações.

Primeiramente, já sabemos que, na concepção de Habermas, a opinião pública emana da esfera pública burguesa. Contudo, a esfera pública, ou espaço público, não ficou restrita à burguesia. Se definirmos a esfera pública “como o espaço no qual questões a respeito do bem comum podem ser negociadas e decididas”⁶² – ou, como foi mencionado anteriormente, uma “associação voluntária de cidadãos privados unidos em torno de um objetivo comum, para fazer uso da própria razão em uma discussão sem restrição entre iguais” – podemos falar da existência de uma esfera pública bem anterior à época em que a burguesia tornou-se dominante, como pensam alguns historiadores, entre eles, David Zaret, como veremos na sequência.

Assim, seria melhor falarmos de uma esfera pública moderna ou Ilustrada. No primeiro caso, quando pretendemos falar do conjunto da época moderna e, no segundo, quando nos restringimos ao século XVIII e ao Iluminismo – para darmos conta do fato de que uma discussão racional sobre questões públicas e de que essa discussão

61 FINLAYSON, James Gordon. *Habermas, a very short introduction*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2005. p. 10.

62 HOHENDAHL, Peter Uwe. “The public sphere: models and boundaries”. In: CALHOUN, Craig (ed.) *Habermas and the public sphere*. Baskerville: MIT Press, 1992. p. 101.

possa interferir na natureza dos assuntos públicos ocorreu bem antes do Iluminismo, período indicado por Habermas em que teria surgido a esfera pública burguesa.

Além disso, quando trocamos a palavra burguesia por ilustração indicamos um processo histórico mais abrangente e damos conta de que, mesmo no século XVIII, aquele tipo de discussão envolveu vários estratos da sociedade, e não somente a burguesia, envolveu também setores da nobreza e do clero. O que inclusive já era o caso da esfera pública moderna, como veremos a seguir, quando os problemas religiosos decorrentes da Reforma Protestante fizeram com que os protagonistas daquele tipo de discussão fossem prioritariamente o clero. Portanto, é da esfera pública moderna e da esfera pública ilustrada que a opinião pública é fruto.

Uma segunda consideração diz respeito ao termo *público*, que na expressão opinião pública nunca foi sinônimo de povo. Como afirma David Zaret, o “debate no início da esfera pública moderna frequentemente invocava ‘o povo’ e envolvia pessoas de uma origem social notavelmente diversa”. Contudo, segundo esse mesmo autor, os “participantes desses debates /.../ só representavam um subconjunto do *povo*”⁶³.

O que foi então a opinião pública moderna?

Quando o conceito de opinião pública surgiu no século XVIII, ele foi definido por aqueles que o criaram “como uma autoridade superior diante da qual devem comparecer todas as opiniões

particulares”⁶⁴. Traduzindo essa definição, Nicola Matteucci afirma que a opinião pública é uma “esfera que medeia entre os indivíduos e o poder político e submete as decisões deste à apreciação crítica”⁶⁵. A opinião pública foi assim um verdadeiro tribunal da sociedade, cujo espaço são os clubes, salões, bolsa, cafés, academias, jornais⁶⁶. Era, dessa forma, uma “última instância [corte] de apelação perante a qual mesmo o estado era responsável”⁶⁷.

Nesse sentido, a opinião pública teve um papel fundamental em articular a relação entre o espaço público e o poder político. Portanto, ela se diferenciava do que é correntemente a nossa ideia de opinião pública, pois a partir do século XIX ela passou a ser dominada pela indústria da comunicação de massa, transformando jornais, revistas e livros, juntamente com o rádio e a televisão, a partir do século seguinte, em itens de consumo, manipulando a opinião pública, ao invés de permitir que ela livremente se desenvolvesse⁶⁸ e não se transformasse no “que a maioria das pessoas pensam sobre alguma coisa”.

63 ZARET, David. **Origins of democratic culture**. Printing, petitions, and the public sphere in early-modern England. Princeton: Princeton University Press, 2000. p. 33.

64 CHARTIER, Roger. “Opinion publique”. In: BÉLY, Lucien. **Dictionnaire de l’Ancien Régime, royaume de France XVI et XVIII siècles**. Paris: PUF/Quadrige, 2002. p. 929.

65 MATTEUCCI, Nicola. “Contratualismo”. BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Editora da UNB, 1998. p. 279.

66 MATTEUCCI, Nicola. “Liberalismo”. BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Editora da UNB, 1998. p. 699.

67 LA VOPA, Anthony J. “Habermas, Jürgen”. In: KORS, Alan Charles. (ed.) **Encyclopedia of the Enlightenment**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

68 FINLAYSON, James Gordon. **Habermas, a very short introduction**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2005. p. 13.

ORIGEM DA EXPRESSÃO OPINIÃO PÚBLICA

Como já apontamos em outro texto⁶⁹, no Antigo Regime francês, os assuntos públicos eram considerados monopólio do rei. De outra forma não poderia ser na medida em que o rei, detendo seu poder por direito divino, “não reconhecia qualquer *locus* de autoridade pública fora da coroa”⁷⁰, o que excluía outros indivíduos ou grupos de interferir nesses assuntos. Assim, a característica da natureza do Estado Absoluto era que este “instaura[va] uma rígida separação entre política (ou área pública) e moral (área particular), eliminando a moral da realidade política e confinando os indivíduos, tornados meros súditos na área particular”⁷¹.

Assim, o público⁷², denotando os assuntos públicos, era uma questão privativa do rei. Na fórmula de Keith Michael Baker, “a política do Absolutismo não era uma política pública”⁷³. Mesmo na

Inglaterra, onde o preceito do *king in parliament*⁷⁴ “temperava” o poder real, os assuntos públicos estavam submetidos “às normas do segredo e do privilégio”⁷⁵. Tais assuntos pertenciam à esfera de decisão do monarca e, apesar desse preceito – o qual permitia ao Parlamento inglês em uma certa medida se imiscuir em questões importantes – a quase totalidade dos ingleses via-se excluída do direito de se manifestar sobre as questões públicas.

Em testemunhos da época, podemos deixar isso mais claro. O parlamentar e diplomata inglês Thomas Smith (1513-1577) afirmava que a existência daquelas normas fazia com que as pessoas comuns “não tivessem voz ou autoridade em nossa república”. Se com Smith temos um exemplo do começo do período moderno, podemos citar um exemplo do seu final para que possamos ter uma ideia de quanto perduraram tais normas. Assim, o rei da Prússia, Frederico II, fazia mesmo do princípio do segredo uma lei, ao decretar que:



uma pessoa privada não tem o direito de formular nem difundir pela imprensa juízos *públicos* ou até mesmo críticos e inclusive notícias que chegaram a seu conhecimento, sobre ações, comportamentos, leis, decretos e ordenações dos soberanos e da corte, de seus funcionários burocráticos, colégios e tribunais de justiça. Uma pessoa privada nem

69 OLIVEIRA, Josemar Machado de. “Opinião pública, opinião popular e liberdade de expressão no século XVIII”. In: **Dimensões**. Revista de História da UFES, nº 6, p. 25-33, 1999.

70 MELTON, James van Horn. **The Rise of the Public in Enlightenment Europe**. Cambridge, Cambridge University Press, 2001. p. 45.

71 MATTEUCCI, Nicola. “Liberalismo”. BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Editora da UNB, 1998. p. 699.

72 Público aqui tem o significado que esta palavra apresentava no latim clássico. Esta palavra “descendia diretamente do adjetivo latino (*publicus*) e do substantivo (*publicum*) usado para se referir ao que pertencia ao estado, enquanto oposto ao privado /.../”. WRIGHT, Johnson Kent. “Public opinion”. In: DEWALD, Jonathan (Ed.) **Europe 1450 to 1789: encyclopedia of the early modern world**. New York: Thomson/Gale, 2004. vol 5. p. 106.

73 BAKER, Keith Michael. “Politics and public opinion under the Old Regime: some reflections”. In: CENSER, Jack R. e POPKIN, Jeremy D. **Press and politics in pre-revolutionary France**. Berkeley e Los Angeles: University California Press, 1987. p. 210.

74 Preceito que estabelecia que o rei governava com o Parlamento, dividindo com este último a responsabilidade decisória sobre questões fundamentais como, por exemplo, os impostos.

75 ZARET, David. “Petitions and the ‘invention’ of public Opinion in the English Revolution”. In: **American Journal of Sociology**. vol. 101, nº 6 (maio de 1996), p. 1497-1555. p. 1508.

sequer tem condições de julgá-los, pois lhe falta o conhecimento completo das circunstâncias e dos motivos.⁷⁶



De qualquer forma, onde existia a possibilidade do debate e da discussão, estes ocorriam estritamente em conselhos ou assembleias, impedindo assim a existência de uma esfera pública⁷⁷, logo da opinião pública. Mesmo a possibilidade de se manifestar com uma certa liberdade no Parlamento por parte dos representantes da elite política inglesa não tinha a ver com “público”, na medida em que este significa aberto a todos, o que não era o caso dessa assembleia inglesa⁷⁸.

Todavia, essa situação viria a sofrer justamente ao longo do período moderno uma enorme mudança. O advento da imprensa e os grandes processos históricos desse período, como a Reforma Protestante, as grandes revoluções e o Iluminismo, seriam responsáveis por isso ao criar um espaço público institucionalmente independente do rei e um público dotado de opinião. Viu-se então o nascimento da opinião pública moderna.

76 Thomas Smith. Citado em: ZARET, David. “Petitions and the ‘invention’ of public opinion in the English Revolution. In: **American Journal of Sociology**. vol. 101, nº 6 (maio de 1996), p. 1497-1555. p. 1508. Frederico II. Citado em: HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. p. 40.

77 ZARET, David. **Origins of democratic culture**. Printing, petitions, and the public sphere in early-modern England. Princeton: Princeton University Press, 2000. p. 44.

78 Cf. HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. p. 14.

Contudo, se historicamente já podemos falar de uma embrionária opinião pública a partir do surgimento da imprensa e principalmente da Reforma, como veremos a seguir, o termo nesse momento ainda não existia. Como afirma Johnson Kent Wright, “em 1500, o termo “opinião pública” não era corrente em nenhuma língua europeia”. Isto mudou profundamente em 1789, quando o termo passou a integrar quase todas as línguas europeias⁷⁹. Na verdade, o conceito somente se impôs por volta de 1750, quando a monarquia francesa – justamente ela, a forma modelar do Absolutismo – se viu envolta em graves crises, entre as quais, a querela sobre a recusa em dar os sacramentos aos jansenistas.⁸⁰



Imagem 21: Imprensa móvel criada por Johannes Gutenberg.

Quanto à história das palavras que formam a expressão opinião pública, ela era milenar e sua origem remonta ao latim clássico. Segundo Wright, o substantivo “opinião” tinha no Período Moderno

79 WRIGHT, Johnson Kent. “Public opinion”. In: DEWALD, Jonathan (Ed.) **Europe 1450 to 1789**: encyclopedia of the early modern world. New York: Thomson/Gale, 2004. vol. 5, p. 106.

80 CHARTIER, Roger. “Opinion publique”. In: BÉLY, Lucien. **Dictionnaire de l’Ancien Régime, royaume de France XVI et XVIII siècles**. Paris: PUF/Quadrige, 2002. p. 929. Em 1749, o arcebispo de Paris, Christophe de Beaumont (1703-1781), decidiu negar os sacramentos àqueles que não se submetessem à bula papal Unigenitus, que tinha condenado as concepções jansenistas. Muitos jansenistas continuaram a manter suas concepções em matéria religiosa e fizeram apelo à opinião pública para sustentar sua posição. GRES-GAYER, Jacques M. “Jansenism”. In: DEWALD, Jonathan (Ed.) **Europe 1450 to 1789**: encyclopedia of the early modern world. New York: Thomson/Gale, 2004. vol. 3, p. 340.



um sentido pejorativo. Assim, no humanismo renascentista esta palavra “contrastava com “razão”. “Opinião” tendia a designar crenças sem fundamentos, sujeitas às distorções psicológicas da “imaginação” e das “paixões”. Esse julgamento negativo “persistiu durante o início do período moderno, embora a eventual união de “opinião” com o adjetivo “público” enfraquecesse isso significativamente”⁸¹.

Todavia, mesmo com o aparecimento do sintagma opinião pública esta não deixou de ser vista pejorativamente em definitivo. Assim, no verbete opinião pública do *Dicionário de Política*, já citado por nós, Nicola Matteucci se permitiu afirmar que a opinião pública “não coincide com a verdade, precisamente por ser opinião, por ser doxa e não episteme”⁸², fazendo eco tanto a Hegel quanto a Marx na visão depreciativa que tiveram da opinião pública. De qualquer forma, independente do juízo de valor que possamos atribuir à noção de opinião pública, segundo o mesmo Matteucci, esta era um fenômeno da época moderna, a qual

pressupõe uma sociedade civil distinta do Estado, uma sociedade livre e articulada, onde existam centros que permitam a formação de opiniões não individuais, como jornais e revistas, clubes e salões, partidos e associações, bolsa e mercado, ou seja, um público de indivíduos associados, interessado em controlar a política do Governo, mesmo que não desenvolva uma atividade política imediata.⁸³

⁸¹ WRIGHT, Johnson Kent. “Public opinion”. In: DEWALD, Jonathan (Ed.) *Europe 1450 to 1789: encyclopedia of the early modern world*. New York: Thomson/Gale, 2004. vol 5, p. 106.

⁸² MATTEUCCI, Nicola. “Opinião pública”. In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 11.ed. Brasília: Editora da UNB, 1998. p. 842.

⁸³ MATTEUCCI, 1998, p. 842.

A “INDÚSTRIA” DE IMPRESSÃO E A REFORMA PROTESTANTE

Jornais e revistas, clubes e salões, partidos e associações, os quais tornaram possível o aparecimento da opinião pública, originaram-se no contexto das transformações da época moderna e diferentemente do que pensava Habermas – para quem a opinião pública teve sua formação com a criação de uma esfera pública burguesa, a qual, para ele, teria surgido no século XVIII⁸⁴ – o ponto de partida para o surgimento da opinião pública se deu com a invenção da técnica de impressão e sua difusão, formando aquilo que David Zaret chama de “cultura da impressão”, já que

novas formas de vida pública existiam bem antes da elite do mundo da ilustração do século XVIII, nas inovadoras práticas comunicativas que simultaneamente constituiu e apelou para a autoridade da opinião com o objetivo de influenciar elites políticas no centro e influenciar a visão de indivíduos na periferia da nação política.⁸⁵

⁸⁴ POLLMANN, Judith e SPICER, Andrew (eds). *Public opinion and changing identities in the early modern Netherlands*. Boston: Brill, 2007. p. 01.

⁸⁵ ZARET, David. *Origins of democratic culture*. Printing, petitions, and the public sphere in early-modern England. Princeton: Princeton University Press, 2000. p. 34.

Imagem 22: Angelica Kauffmann, “Três cantoras”, 1795.



Assim, na introdução do seu livro, *The invention of News. How the world came to know about itself*, Andrew Pettegree, comentando a ideia de Daniel Defoe de que sua época (primórdios do século XVIII) tinha visto uma “explosão dos meios de comunicação” e uma corrida por notícias, afirma que se o autor de Robinson Crusoe achava que isto era realmente novo “ele estava muito enganado”. Pettegree, continuando suas observações, afirma que

se houve uma época quando as notícias primeiro se tornaram uma mercadoria, isso ocorreu não na Londres de Defoe, ou mesmo com a invenção do jornal, mas muito antes: nos oitenta anos entre 1450 e 1530 que seguiram a invenção da imprensa.⁸⁶

Com o aprimoramento técnico de Gutemberg houve a criação de uma “indústria” de impressão, o que por sua vez barateou o preço dos livros drasticamente, já que os “livros podiam ser reproduzidos com muito mais rapidez e facilidade do que fora possível antes”. Essa “indústria” abriu o caminho, ao fim do século xv, para “alguém que tentando discutir uma questão ou reunir a opinião pública pudesse fazer isso em parte por meio de folhetos e de panfletos”⁸⁷.

Portanto, foi nesse período que a circulação de notícias e sua procura passaram a ser algo habitual na história europeia. Nesse momento, a opinião pública continuou submetida às “normas do

⁸⁶ PETTEGREE, Andrew. *The invention of News. How the world came to know about itself*. Londres: Yale Press University, 2014. p. 1-2.

⁸⁷ BOUCHARD, Constance B. “The medieval heritage”. STEARMS, Peter N. (ed.) *Encyclopedia of European social history, from 1350 to 2000*. Detroit: Charles Scribner’s Sons, 2001. vol. 1, p. 139.

segredo e do privilégio”, ao mesmo tempo em que ainda não tinha “começado a fazer a mediação entre o estado e a sociedade civil”⁸⁸ e também não tinha ainda ultrapassado o estágio de uma “opinião sobre questões públicas”⁸⁹.

Contudo, os primeiros passos para a constituição de uma opinião pública começaram a ser dados particularmente quando público passou a significar audiência, isto é, o público leitor, o público da música, o público do teatro, perdendo o seu sentido original relacionado ao exercício da autoridade do estado. Esses *públicos* eram compostos por “indivíduos privados apresentando julgamentos sobre o que liam, observavam ou experienciavam de outra maneira”⁹⁰. Diz Habermas, “no século xvii francês *le public* [o público] significava os *lecteurs* [leitores], *spectateurs* [espectadores] como destinatários e consumidores, críticos de arte e de literatura”⁹¹.

Se, como diz Joseph Klaitz, a audiência da propaganda pré-moderna era pequena quando comparada com os nossos padrões⁹², essa mesma audiência sofreu um enorme impacto com a criação da técnica de impressão. Dessa forma, a difusão da nova “indústria” de impressão teve um papel fundamental ao fazer com que mais e

⁸⁸ ZARET, David. *Origins of democratic culture*. Printing, petitions, and the public sphere in early-modern England. Princeton: Princeton University Press, 2000. p. 15.

⁸⁹ Idem, p. 20.

⁹⁰ MELTON, James Van Horn. *The Rise of the Public in Enlightenment Europe*. Cambridge, Cambridge University Press, 2001. p. 01.

⁹¹ HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. p. 46.

⁹² KLAITS, Joseph. *Printed propaganda under Louis XIV*. Absolute monarchy and public opinion. Princeton: Princeton University Press, 1976. p. 03.

mais pessoas tivessem acesso ao texto impresso, fazendo aparecer, assim, um público leitor.

Esse processo de constituição de um público significando audiência, segundo James van Horn Melton, começou a aparecer no século XVII. Seus antecedentes, contudo, podem ser constatados em momentos anteriores. Assim, um público leitor crescente, fundamental para a formação da opinião pública, começou com o incipiente aparecimento de indivíduos com “apetite por notícias”, os quais voltavam sua atenção mais e mais para as notícias espetaculares do dia, como guerras ou catástrofes naturais.

Os leitores dessas notícias apareceram ao longo da passagem do século XV para o século XVI, na época de Luís XI, Maximiliano e Eduardo VI, os quais reforçaram o funcionamento de instituições importantes para a difusão de notícias e de uma opinião pública, como os Correios. Um público leitor crescente de folhas impressas, panfletos compostos de notícias e que custavam barato passou a ter possibilidade de existir. A etimologia aqui é reveladora de uma mudança de hábitos e, em italiano, esses impressos eram chamados de *gazettanti*, pois custavam uma peça da moeda veneziana, *gazetta*⁹³. Em Rouen, França, por exemplo, as guerras entre o rei da França, Francisco I, e Carlos V, sacro imperador, nas décadas de 1530 e 1540, provocaram um “apetite por notícias”. Estava se formando o que Andrew Pettegree chama de “*news community*”⁹⁴, uma comunidade que se constitui por um público leitor ávido por notícias.

93 PAQUOT, Thierry. *L'espace public*. Paris: La Découverte, 2010. p. 31.

94 PETTEGREE, Andrew. “A provincial news community in sixteenth-century Europe”. In: POLLMANN, Judith e SPICER, Andrew (eds). *Public opinion and changing identities in the early modern Netherlands*. Boston: Brill, 2007. p. 33.

No entanto, foi um fenômeno historicamente paralelo ao *boom* da “indústria” de impressão, o cisma protestante, que provocou o “engajamento de grandes grupos de súditos e cidadãos em assuntos públicos”⁹⁵. Desta forma, a ruptura na unidade ideológica da cristandade “desencadeou uma campanha de propaganda, concebida para mudar a opinião em uma ou outra direção, em uma escala sem precedentes até então”⁹⁶. Especula-se mesmo que o sucesso da Reforma luterana dependeu dessa campanha de propaganda. Pettegree, considerando que havia várias razões para que a Reforma luterana viesse a fracassar, pergunta o que fez com que acontecesse o contrário. Sua resposta: a publicidade⁹⁷.

Incentivados a ler pelos lados opostos do cisma protestante, os europeus passaram a ter gosto pela leitura de notícias, como foi dito acima, mas também se tornaram leitores de livros, já que eles, que nunca antes tinham comprado um livro, passaram a fazê-lo⁹⁸.

Deste modo, a Reforma foi “*Europe’s first mass-media news event*”⁹⁹. Ela provocou uma enxurrada de livros e panfletos voltados para os ensinamentos de Lutero, dando um fôlego renovado à “indústria” de impressão. Calcula-se que “entre 1518 e 1526 algo próximo de oito milhões de cópias de panfletos religiosos foram colocados no merca-

95 POLLMANN, Judith e SPICER, Andrew (eds). *Public opinion and changing identities in the early modern Netherlands*. Boston: Brill, 2007.

96 WRIGHT, Johnson Kent. “Public opinion”. In: DEWALD, Jonathan (Ed.) *Europe 1450 to 1789: encyclopedia of the early modern world*. New York: Thomson/Gale, 2004. vol 5. p. 107.

97 PETTEGREE, Andrew. *The invention of News*. How the world came to know about itself. Londres: Yale Press University, 2014. p. 67-68.

98 PETTEGREE, 2014, p. 71.

99 PETTEGREE, 2014, p. 69.

do”¹⁰⁰. Lutero em pessoa teve um papel fundamental nesse processo. Como afirma Mark Edwards,

Em uma série de panfletos em vernáculo, Lutero rejeitou a autoridade do papado, afirmou que o papa e a cúria tinham perpetrado uma série de fraudes sobre a Cristandade e clamou pela libertação da Cristandade da catividade papal que distorcia os sacramentos e subordinava os leigos a uma tirania clerical¹⁰¹.

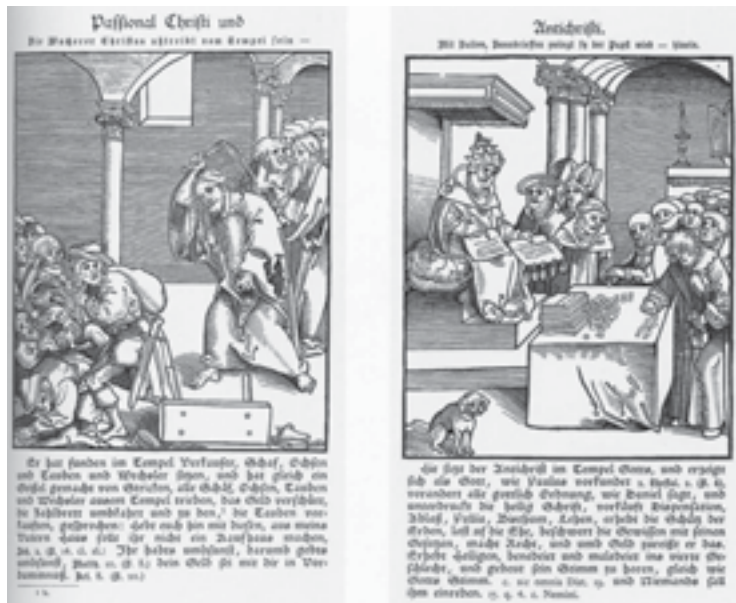


Imagem 23: Lucas Cranach the Elder, “Paixões de Cristo e Anticristo”, 1521.

¹⁰⁰ PETTEGREE, 2014, p. 69.

¹⁰¹ EDWARDS, Jr. Mark U. **Printing, Propaganda, and Martin Luther**. Berkeley and Los Angeles, University of California Press, 1994. p. 57.

Não se tratava mais de uma querela de monges, restrita à instituição clerical, mas algo que transbordou os limites dessa instituição e justamente porque fez apelo ao público, este compreendendo tanto clérigos quanto leigos, em uma clara subversão da separação entre os dois “estados”. Esse processo continuou com os seguidores de Lutero. Como afirma Quentin Skinner,

a primeira etapa da evolução do luteranismo enquanto ideologia política assumiu a forma de uma campanha de propaganda, na qual vários entre os discípulos mais próximos de Lutero começaram a esclarecer e ampliar os *insights* relativamente fragmentários do mestre, /.../¹⁰²

O mesmo processo vai se repetir com a Reforma Anglicana. O rei Henrique VIII e principalmente seu ministro, Thomas Cromwell, usaram a propaganda como instrumento para ganhar adesões entre o público inglês para as mudanças que buscavam realizar na igreja da Inglaterra. Segundo Skinner,

a imposição da Reforma henriquina incluiu mais um processo, de especial relevância para a história do pensamento político: o empenho em assegurar a aceitação das novas instituições eclesiais não passou apenas pela repressão, mas também se valeu de uma campanha oficial de propaganda.¹⁰³

¹⁰² SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. P. 347.

¹⁰³ SKINNER, 1996, p. 373-74.

Thomas Cromwell teve o cuidado de conduzir essa campanha de propaganda em mais de uma frente. Na parte literária, perto de cinquenta livros foram publicados em defesa do cisma henriquino¹⁰⁴. Por outro lado, Cromwell também conduziu uma campanha de propaganda que pudesse alcançar um público que ultrapassasse o público letrado. Assim, ele fez uso do teatro. Segundo Skinner, “o principal colaborador dessa faceta da campanha de Cromwell foi John Bale, que compôs mais de vinte peças na década de 1530”¹⁰⁵.

Assim, como podemos observar, a Reforma Protestante, mas também a sua opositora, a Contrarreforma, foram fundamentais para a formação embrionária de uma opinião pública e isso não ocorreu apenas por meio do uso da literatura impressa, mas também do teatro e, principalmente, de um amplo uso da iconografia para atingir a opinião pública com suas mensagens. No caso dos protestantes, apesar de condenarem o uso de imagens como idolatria e as removerem de suas igrejas, não deixaram de “promover a ‘Reforma’ por meio de imagens impressas”¹⁰⁶.

No caso da igreja católica, sua resposta ao cisma protestante, historicamente conhecida como Contrarreforma, também buscou ganhar a opinião dos europeus e colaborou assim para a criação de uma opinião pública. Os católicos, desejosos de combater seus adversários protestantes, passaram a ter a preocupação com a opinião do público europeu e buscaram ganhá-la. Entre 1550 e 1560, “católicos

104 SKINNER, 1996, p. 374.

105 SKINNER, 1996, p. 379.

106 WANDEL, Lee Palmer. The Reformation and the visual arts. In: HSIA, R. Po Chia (Ed). *The Cambridge History of Christianity. Reform and expansion, 1500-1660*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. vol. 6, p. 353.

tinham aprendido a usar os meios de comunicação impressos e o púlpito popular com tanta habilidade e tão pouco escrúpulo quanto os reformadores”¹⁰⁷. Isso é tanto mais evidente que a palavra “propaganda” foi criada nesse processo e isso ocorreu quando a igreja católica buscou centralizar seus esforços missionários. Assim, em 1622, o Papa Gregório criou a Congregação de Propaganda e seu sucessor, Urbano VIII, fundou o Colégio de Propaganda¹⁰⁸.

Na França, com a Guerra Civil Religiosa (1562-1598), mais um passo foi dado para constituir a opinião pública. Dessa forma, as Guerras de Religião originaram “a primeira revolução europeia na qual a imprensa, o panfleto e a propaganda política tiveram um papel vital nos acontecimentos”¹⁰⁹. Ambos os lados dessa guerra, a Liga Católica e os Huguenotes, usaram massivamente os meios impressos para convencer o público francês da justiça de sua causa.

No caso dos huguenotes, como eram chamados os protestantes calvinistas franceses, eles o fizeram de forma inovadora. Diante de uma monarquia que parecia, durante e após o massacre de São Bartolomeu, querer destruí-los completamente, eles defenderam mesmo o direito de resistência ao rei. Esse massacre foi responsável pelo surgimento de uma literatura protestante de oposição à monarquia. Assim, publicações calvinistas buscaram justificar a resistência

107 MATTINGLY, G. “International diplomacy and law”. In: WERNHAM, R. B. (Ed.) *The Counter-Reformation and price revolution, 1559-1610*. Cambridge: University Press, 1968. p. 160.

108 PARKER T. M. “The papacy, catholic reform, and christian missions”. In: WERNHAM, R. B. (Ed.) *The Counter-Reformation and price revolution, 1559-1610*. Cambridge: University Press, 1968. p. 55.

109 ZARET, David. *Origins of democratic culture*. Printing, petitions, and the public sphere in early-modern England. Princeton: Princeton University Press, 2000. p. 175.



Imagem 24: *Vindiciae contra tyrannos*, 1579.

huguenote, entre as quais pode-se citar *Franco-Gallia*, de François Hotman, publicado durante seu exílio em Genebra em 1573; os anônimos *Reveille Matin des Francois*, publicado em duas partes em 1573 e 1574; e o também anônimos *Vindiciae contra Tyrannos* (costumeiramente atribuído a Duplessis-Mornay) de 1579¹¹⁰.

A REVOLUÇÃO INGLESA DE 1640

Mas foi durante uma outra guerra civil religiosa, a Revolução Inglesa de 1640, que emergiria uma opinião pública capaz de romper com as “normas do segredo e do privilégio”. Esta Revolução ocorreu no século XVII “que foi apelidado de várias formas: era dos gênios, era de ouro, era de Galileu; século da revolução, século do desafio, século de mudança”, mas pode-se somar a esses apelidos: “uma era de nascente meios de informação, um século de uma emergente opinião pública”¹¹¹.

¹¹⁰ PARKER T. M. 1969, p. 98.

¹¹¹ DOOLEY, Brendan. “Introduction”. In: DOOLEY, Brendan e BARON, Sabrina A. (eds.) *The politics of information in early modern Europe*. Londres: Routledge, 2001. p. 01.

Assim, o processo de formação de uma “indústria” de impressão e a criação de uma comunidade de leitores que, como vimos, tinha começado na Inglaterra particularmente com a Reforma Anglicana, ganhou ainda mais força às vésperas da Revolução de 1640. Para tanto, foi de grande importância a Guerra dos Trinta Anos, que dividiu uma boa parte da Europa entre protestantes e católicos. Essa guerra, a partir de 1620, fez com que o natural gosto dos ingleses por informação se concentrasse “em uma forma nova e diferente”, o que suscitou a “emergência de uma indústria de publicação de notícias impressas na Inglaterra”¹¹². Uma busca por notícias que estava intimamente ligada à oposição à política de neutralidade de Jaime I, a qual, a despeito da Inglaterra ser um país protestante, evitava entrar naquela guerra ao lado do seu genro Frederico VII e dos protestantes.

Contudo, foi com a Revolução Inglesa de 1640 que o processo de constituição da opinião pública chegou a uma nova e decisiva etapa. Nessa Revolução, viu-se os partidos em disputa. O rei e o Parlamento, conscientes da necessidade de convencer o público da validade respectiva de suas causas e de com isso colocar do seu lado um poderoso aliado, a opinião pública, estabeleceram e

Imagem 25: Oliver Cromwell como o Diabo, 1660.



¹¹² DOOLEY, 2001, p. 17.

legitimarem a existência desta última, o que deu a ela uma importância vital.

David Zaret afirma que foi a prática de fazer petições que teve um papel fundamental em constituir uma opinião pública inglesa. Segundo esse autor, foi o “uso inovador de petições que facilitou a invenção da opinião pública”. Esse processo acabou levando à suplantação das “normas de segredo e privilégio na comunicação política”¹¹³.

Por que as petições? De um lado, as petições se tornaram um instrumento de propaganda por excelência. Carlos I as usou para defender sua posição frente ao Parlamento, que, por sua vez, as usou contra Carlos I. Mais tarde, os grupos em que se dividiram o Parlamento também propagaram suas posições por meio de petições e contra-petições. Por outro lado, as petições não eram o único veículo para mensagens políticas, pois existiam também os sermões, jornais, panfletos e outros. Porém, esses veículos partiam do centro para a periferia, enquanto as petições, quando se tratava da direção inversa, da periferia para o centro, eram o principal instrumento¹¹⁴.

Assim, segundo Zaret, antes de 1640 peticionar era regulado por convenções, as quais requeriam uma linguagem de deferência, pois a palavra mesma “era uma figura de discurso comum, usada literalmente e metaforicamente para significar um pedido deferencial de favor ou para remediar um problema”¹¹⁵. Essas convenções caracterizavam-se também pelo fato de que as queixas experienciadas pelos

peticionários tinham um caráter local; pela atitude de evitar críticas às leis ou à autoridade pública em geral; produção manuscrita; um sentido de imediatismo antes de pré-concertada ação; e de legitimidade providenciada por instituições corporativas¹¹⁶.

Essas convenções foram eliminadas na década de 1640. Petições e contra-petições impressas criaram comunidades textuais engajadas em um diálogo público e assim ajudaram a estabelecer um espaço comunicativo com o público como árbitro¹¹⁷. Petições públicas “tornaram-se um instrumento que constituiu e invocou a autoridade da opinião pública”, com o objetivo de influenciar o Parlamento¹¹⁸.

Mesmo os “partidos” que se constituíram no seio do Parlamento, presbiterianos e independentes, tinham posições semelhantes quando se tratava de defender a importância das petições. Os presbiterianos, por exemplo, afirmavam que uma “petição não é o sussurro que uns poucos desprezíveis fazem nas esquinas, mas o verdadeiro sentido do partido Parlamentar em nosso condado [], no qual o pulso do povo pode ser sentido”.¹¹⁹

Um importante papel também coube a outras formas de comunicação impressa ao longo da Revolução, como, por exemplo, os panfletos. No momento em que a guerra começava a ficar à vista, na primavera e no verão de 1642, começou uma “guerra de palavras” entre Carlos I e o Parlamento, o que segundo Michael Mendle gerou

113 ZARET, David. “Petitions and the “invention” of public Opinion in the English Revolution”. In: *American Journal of Sociology*. vol. 101, nº 6 (maio de 1996), p. 1497-1555. p. 1.498.

114 ZARET, 1996, p. 1.510.

115 ZARET, 1996, p. 1.510.

116 KNIGHT, Mark. *Representation and misrepresentation in later Stuart Britain. Partisanship and political culture*. Oxford: Oxford University Press, 2005. p. 115.

117 *I dem, ibidem*.

118 ZARET, David. Petitions and the “invention” of public Opinion in the English Revolution. In: *American Journal of Sociology*. vol. 101, nº 6 (maio de 1996), p. 1497-1555. p. 1499.

119 ZARET, 1996, p. 1537.

“a primeira grande onda de panfletagem política”. Esse mesmo autor afirma que os gêneros de publicações que apareceram entre 1640 e 1660 foram variados, mas uma cultura de panfletos manteve-se durante esse período¹²⁰.

Algo parecido com o jornal moderno também apareceu no contexto da Revolução. Assim, os partidários de Carlos I começaram a publicar o *Mercurius Aulicus* em 1643 e seus adversários ripostaram com a publicação do *Mercurius Britannicus*, os quais tinham uma regularidade e constância semelhantes com os jornais de hoje.



Imagem 27: Mercurius Britannicus



Imagem 26: Mercurius Aulicus, 1643.

¹²⁰ MENDLE, Michael. “News and the pamphlet culture of mid-seventeenth-century England”. In: DOOLEY, Brendan e BARON, Sabrina A. (eds.) *The politics of information in Early Modern Europe*. Londres: Rutledge, 2001. p. 57.

Assim, na Revolução Inglesa desenvolveu-se pela primeira vez a ideia de uma opinião pública como juiz da política¹²¹. E para isso contribuiu não só a elite da sociedade inglesa que comandava os dois lados da guerra civil, os quais como vimos acima fizeram apelo à opinião pública, mas também os setores populares.

Os *levellers* (niveladores), por exemplo, também lançaram mão da opinião pública para expandir suas ideias radicais. A questão que estava no centro dessas ideias, o direito de votar, era visto pelas elites inglesas como um direito restrito aos proprietários e foi contestado por esse grupo que afirmava que “cada homem nascido na Inglaterra não pode, não deve, nem pela Lei de Deus nem pela Lei da Natureza /.../ ser isento da escolha daqueles que fazem leis para ele”¹²². Essa ideia radical foi publicizada para convencer a opinião pública de sua validade.

Assim, não mais se tratava de uma *opinião sobre questões públicas*, mas de uma opinião pública que por definição tem a pretensão de interferir no poder e que foi capaz de quebrar as regras do segredo e do privilégio. Segundo Keith Lindley,



com ou sem o consentimento do autor, discursos dos membros na Câmara dos Comuns foram impressos e divulgados, violando assim a conven-

¹²¹ ZARET, David. Religion, “Science, and Printing in the Public Spheres in Seventeenth-Century England”. In: CALHOUN, Craig (ed.) *Habermas and the public sphere*. Baskerville: MIT Press, 1992. p. 220.

¹²² Cf. ZARET, David. “Religion, Science, and Printing in the Public Spheres in Seventeenth-Century England”. In: CALHOUN, Craig (ed.) *Habermas and the public sphere*. Baskerville: MIT Press, 1992. p. 219.

ção de que procedimentos parlamentares não devem ser publicizados, entretanto poucas reclamações sobre brechas em privilégios ocorreram¹²³.



O SÉCULO XVIII NA FRANÇA: ILUMINISMO E OPINIÃO PÚBLICA

Durante o Século das Luzes o processo de formação de uma opinião pública moderna foi concluído. Afinal, foi ao final deste século que o panorama cultural europeu tinha se transformado profundamente a ponto de o catálogo com que a Igreja buscou censurar as obras literárias, o *index librorum prohibitorum* (índice dos livros proibidos), passar a ser uma referência para os livros que se *deveria* ler¹²⁴. Assim, ao longo da Ilustração, consolidou-se um processo de quebra da força das antigas instituições da igreja e do estado e uma “esfera pública ilustrada” foi constituída. De igual modo, o conceito de opinião pública que vinha sendo forjado ao longo de todo o Período Moderno chegou à sua maturidade por volta de meados do século XVIII, quando a própria expressão opinião pública foi inventada.

Nesse momento, a crise em torno do jansenismo redirecionou a relação que se tinha com a opinião pública na França, a qual havia sido objeto de interesse por parte do rei, como foi o caso mesmo de Luís XIV e das elites do Antigo Regime, por exemplo, durante a

123 Cf. ZARET, David. “Religion, Science, and Printing in the Public Spheres in Seventeenth-Century England”. In: CALHOUN, Craig (ed.) **Habermas and the public sphere**. Baskerville: MIT Press, 1992. p. 217.

124 LAURSEN, John Christian. “Censorship”. HOROWITZ, Maryanne Cline (ed.) **New dictionary of the history of ideas**. Detroit: Charles Scribner’s sons, 2005. vol. 1, p. 456.

Fronde. Contudo, no decurso da crise provocada pelo jansenismo, a opinião pública “estava adquirindo sentido e agência como uma categoria política”¹²⁵. Nas situações anteriores em que foi feito apelo à opinião pública, a exemplo da oposição a Júlio Mazarino (1602–1661), esta não estava questionando o poder soberano do rei e o seu apelo à opinião pública não fazia desta a fonte última de legitimidade política¹²⁶.

Imagem 28:
Episódio do
Fronde no
Faubourg Saint-
Antoine,
perto das
muralhas
Bastille,
1648.



Isso mudou a partir da crise do jansenismo e, por volta da época em que Luís XVI assumiu o trono, “uma cultura política emergira e

125 MELTON, James Van Horn. **The Rise of the Public in Enlightenment Europe**. Cambridge, Cambridge University Press, 2001. p. 57.

126 MELTON, 2001, p. 57.



a opinião pública era concebida como um tribunal soberano cujos julgamentos recaíam sobre todos, inclusive o rei”¹²⁷. Nascia, dessa maneira, uma verdadeira política de contestação onde o apelo à opinião pública como um tribunal de última instância passou a ser algo corriqueiro. A oposição às políticas da monarquia, os jansenistas, os membros dos Parlamentos que se recusavam a engolir sem discutir a política fiscal dos Bourbons, todos fizeram apelo a esse tribunal. Essa oposição veiculou seu desagrado com a política por meio de panfletos, livros, jornais.

Todavia, a força da opinião pública como um “juiz da política” alcançara uma tal dimensão que a própria monarquia reconheceu sua existência e ao fazê-lo a legitimou. Assim, escritores foram empregados com a função exclusiva de defender a monarquia diante da opinião pública. Esse foi o caso de Jacob-Nicolas Moreau. O próprio governo monárquico foi obrigado a se apropriar das estratégias da oposição de defender suas posições publicamente. Os preâmbulos de importantes editos reais “ficaram cada vez maiores ao explicitar explicações e justificativas das políticas governamentais”.¹²⁸ Da mesma forma, defensores da monarquia absoluta de fora ou dentro do governo pegaram na pena e passaram a escrever textos para diversos meios impressos, de forma anônima ou não.

Assim, durante o governo de Luís XVI, a preocupação com a opinião pública se tornou corrente, o que pode ser atestado até mesmo entre os ministros do rei, a exemplo do projeto político de Jacques

127 MELTON, 2001, p. 57.

128 BAKER, Keith Michael. “Politics and public opinion under the Old Regime: some reflections”. In: CENSER, Jack R. e POPKIN, Jeremy D. **Press and politics in pre-revolutionary France**. Berkeley e Los Angeles: University California Press, 1987. p. 212.

Turgot para organizar uma hierarquia de assembleias representativas. Esse projeto foi levado adiante por um movimento organizado com o objetivo de influir na opinião pública com publicações periódicas (primeiramente, o “Journal d’Agriculture” e, depois, “Ephémérides du Citoyen”) e com uma torrente de *brochures*, saídas da pena de Abeille, Baudeau, Du Pont de Nemours, Le Trosne, Mercier de La Rivière, Mirabeau, etc.¹²⁹

Contudo, foi outro Jacques, o Necker, quem dentre os ministros de Luís XVI mais demonstrou uma profunda sensibilidade pela opinião pública como uma força política¹³⁰. Buscando melhorar as condições fiscais da monarquia francesa às vésperas de se envolver em uma nova guerra e sabendo da enorme dificuldade que seria melhorá-las com o aumento de taxas, Necker apostou na alternativa mais tradicional para obter empréstimos. No entanto, ele sabia que seria necessário obter a confiança dos credores na capacidade da monarquia em honrar seus compromissos e o quanto isso dependeria da opinião pública. Durante seu ministério, ele buscou criar órgãos institucionais de opinião pública, como as assembleias de proprietários de terra¹³¹. Entretanto, sua mais marcante demonstração do quanto ele próprio era consciente da importância da opinião pública foi seu *Compte rendu au roi*, no qual ele publicizou pela primeira vez na história da monarquia francesa as contas públicas.

129 ALDO MAFFEY. “Fisiocracia”. In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 11ª ed. Brasília: Editora da UNB, 1998., p. 501. MELTON, James van Horn. **The Rise of the Public in Enlightenment Europe**. Cambridge, Cambridge University Press, 2001. p. 57-58.

130 MELTON, 2001, p. 58.

131 MELTON, 2001, p. 59.

Dessa forma, a partir do último terço do século XVII, uma nova dinâmica cultural e política começou a se instalar, permitindo que a opinião pública, que estava em gestação há muito tempo, adquirisse uma dimensão crítica e passasse a ter a capacidade de influenciar na dinâmica do estado. Para isso, houve uma recriação da cultura impressa anterior, com a utilização de toda forma de meios de comunicação impressa já conhecida e particularmente com o aparecimento do jornal diário.

O PAPEL DAS ACADEMIAS, DOS CAFÉS E DOS SALÕES PARA A FORMAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA

A partir do século XVII, também apareceram novos espaços de sociabilidade que muito contribuíram para a criação de uma esfera pública e de uma opinião pública crítica durante a Ilustração. Assim, surgiram as academias, os cafés e os salões.

A criação das academias, espaço de sociabilidade mais fechado do que os salões e cafés, data da época de Luís XIV e teve enorme importância cultural para o Iluminismo. Segundo Habermas, dificilmente “os grandes escritores do século XVIII deixavam de colocar primeiro em discussão as suas ideias essenciais /.../ em palestras perante as academias /.../”¹³².

Os cafés, por sua vez, foram um importante polo de atração de setores da população que neles tinham a oportunidade de ler, comentar e criticar as notícias. Certos cafés na Alemanha, por exemplo, costumavam assinar jornais e colocá-los à disposição de seus

¹³² HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. p. 49.

frequentadores. Diferentemente das tavernas, que em muitos países europeus eram espaços de convivência tradicionais onde o consumo de bebida alcoólica era a característica mais evidente, os cafés tinham um ambiente mais respeitoso. Por isso, a peculiaridade de atraírem uma clientela prioritariamente de classe média¹³³.

No espaço criado pelos cafés, a conversação era central. De forma “polida mas enfática, a discussão de ideias, notícias e literatura marcou um importante estágio na difusão da civilidade”. Nos cafés reuniam-se uma variada e crescente clientela, cada vez mais importante do ponto-de-vista social e essa clientela, “combinada com seu ávido exame de todo tipo de questões em um *fórum* público, criou uma nova força política chamada opinião pública”¹³⁴.

Essa invenção italiana se tornou na França um espaço central na cultura Iluminista. O primeiro café inaugurado nesse país data de 1672, mas foi o café *Procope*, aberto em 1686 pelo siciliano Procopio di Coltello, que se transformou no protótipo do café parisiense. Ele, como os demais, tornou-se um local fundamental para a conversação e para a leitura e difusão de notícias.



Imagem 29: Entrada do Café Procope fundado em 1686.

¹³³ BRENNAN, Thomas. “Coffeehouses and cafes”. In: KORS, Alan Charles (ed.) *Encyclopedia of the Enlightenment*. Oxford, Oxford University Press, 2005.

¹³⁴ BRENNAN, 2005.

Outro elemento importante dessa nova sociabilidade coube aos salões. Sua origem remontava à Renascença e teve um desenvolvimento na França desde o século XVII, atingindo seu ponto alto entre 1740 e 1780. Sua evolução como um espaço de conversação e sociabilidade dependeu fundamentalmente das mulheres. Se a monarquia, devido à observância de uma das leis fundamentais do reino, a Lei Sálica, interditava às mulheres o acesso ao poder, estas faziam sua revanche nos salões, onde elas tinham o mesmo status cultural que seus companheiros homens.

Os salões apareceram desde o século XVII. Porém, houve uma sensível mudança entre os salões desse período e os salões da Ilustração. Segundo Melton, “enquanto os salões do século XVII funcionavam socialmente para assimilar à nobreza uma ascendente burguesia”, os salões do século XVIII “serviam primariamente como um meio de entrar e participar da República das Letras”¹³⁵. Os salões do século XVIII eram socialmente mais abertos e permitiam a mescla social. Conforme Benedetta Craveri,

o espaço lúdico dos salões podia aparecer então como um lugar que se distinguia pela confusão dos níveis sociais e por uma alarmante mobilidade social, e representar uma ameaça tanto para a estabilidade dos valores da tradição nobiliária como para os da ética burguesa.¹³⁶

¹³⁵ MELTON, 2001, p. 205-206.

¹³⁶ CRAVERI, Benedetta. **La cultura de la conversación**. Madri: Ediciones Siruela, 2007. p. 49.

Imagem 30:
Anicet Charles
Gabriel
Lemonnier,
Leitura da obra
“O órfão da
China” (1755)
de Voltaire no
salão literário
de Madame
Geoffrin em
Paris, 1812.



Os salões do século XVIII também eram mais abertos ao mundo externo e às notícias do que seus predecessores do século XVII. Conforme Melton, “o salão da Ilustração ativamente buscou dar forma a uma rede de impressos que se expandia rapidamente e à opinião pública”¹³⁷.

Assim, academias, cafés e salões tiveram um papel fundamental em alavancar a esfera pública ilustrada, permitindo que em seus ambientes as notícias, as ideias, *la philosophie*, se difundissem, ao mesmo tempo em que em seu seio frutificava uma opinião pública que tinha um espírito enciclopédico em relação ao mundo a sua volta. Isto é, pretendia tudo observar, analisar e criticar, mas também fazer com que esse espírito enciclopédico pudesse influenciar as ações de governo e as mudanças na estrutura de funcionamento do Estado.

¹³⁷ MELTON, 2001, p. 207.



OPINIÃO PÚBLICA, CULTURA DEMOCRÁTICA E REVOLUÇÃO FRANCESA

Até aqui analisamos a opinião pública no contexto do período moderno, dos seus primórdios até o Iluminismo. Neste capítulo tentaremos analisar alguns aspectos da transformação que a opinião pública sofreu ao ser impactada pelas enormes mudanças que emergiram com a Revolução Francesa. Assim, é fundamental entendermos o processo de transformação sofrido pela opinião pública que até então se restringia a ser a manifestação de uma esfera pública composta em grande parte pelos estratos superiores da sociedade, a qual foi “erodida quando estratos não-burgueses ganharam acesso à esfera pública”¹³⁸. Dessa forma, a opinião pública passou a ser desenvolvida no contexto de formação de uma cultura política democrática, à qual correspondeu também a uma nova sociabilidade democrática.

138 FRASER, Nancy. “Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy”. In: CALHOUN, Craig (ed.) **Habermas and the public sphere**. Baskerville: MIT Press, 1992. p. 113.

Assim, a entrada em cena dos setores populares do Terceiro Estado, *pari passu* com a verdadeira revolução jornalística desencadeada desde os primeiros dias da Revolução, criou uma opinião pública *popular*. Veículo dessa opinião pública foi o que Jeremy Popkin chama de jornalismo radical. Esse jornalismo caracterizou-se por tentar expandir a participação política popular – que afinal de contas era a característica mais marcante da Revolução e esteve associada à ideia de que só o povo é soberano – fazendo com que ela deixasse de ter um caráter episódico e fortuito e assumisse um caráter efetivo e permanente.

Desse modo, jornalistas como Marat e Hébert destacaram-se como os maiores representantes do jornalismo radical e da pretensão de liderar o povo na direção de um verdadeiro regime democrático baseado na soberania popular. Esse jornalismo não tinha só a pretensão de educar o povo, mas visava sobretudo “estimular [o povo] à ação”¹³⁹. Seus panfletos periódicos tentaram ser veículos de uma opinião pública plebeia e para isso inovaram tanto na forma como no conteúdo desses panfletos.

Ao mesmo tempo, o jornalismo radical situa-se no seio de um paradoxo. Isso porque, como foi dito, sua prática implicou uma nova cultura política democrática. E, no centro dessa cultura política democrática, estava a participação popular e a força que ela aportou a jacobinos/montanheses para que tomassem o poder. Contudo, constituído o governo revolucionário fruto dessa tomada do poder, esse governo passou a cercear e até mesmo eliminar, como foi o caso do Père Duchesne, o jornalismo radical.

¹³⁹ POPKIN, Jeremy D. *Revolutionary News*. The press in France 1789-1799. Durham, Duke University Press, 1990. p. 145.

E essa cultura política democrática não se desenvolveu apenas no jornalismo impresso, mas também nas diversas manifestações gráficas que a Revolução fez emergir. Basta mencionarmos o caso da caricatura, que teve um desenvolvimento único em 1789 e teve um papel fundamental em redesenhar a opinião pública moderna na direção de uma opinião pública popular.

A seguir, analisaremos o jornalismo radical, nos concentrando no Amigo do Povo e no Père Duchesne e concluiremos com algumas análises de outras formas gráficas, como cartazes, caricaturas, pinturas e não gráficas, como as canções, em que se tentou cativar a opinião pública durante a Revolução.



Imagem 31.1: Cartum satírico que mostra Luís XVI e Maria Antonieta como uma besta de duas cabeças, 1789.

Imagem 31.2:
Cartum



Imagem 31.3:
Cartum



O JORNALISMO RADICAL

Na obra *Histoire Générale de la Presse Française*, Jacques Godechot afirma que, às vésperas de 1789, “a liberdade de imprensa, no sentido jurídico da expressão, não existia em nenhuma parte na Europa.”¹⁴⁰

Outra foi a situação da França com o desencadear do processo revolucionário. Nesse país, operou-se uma verdadeira revolução jornalística quando o processo revolucionário, na prática, impôs a liberdade de expressão e, o que é mais importante, abriu espaço para uma política de contestação radical da velha ordem.

Dessa forma, centenas de órgãos de imprensa vieram à tona desde os seus primeiros dias. Calcula-se que durante o decênio revolucionário imprimiu-se mais do que nos cem anos anteriores. “Somente o catálogo da Biblioteca Nacional de Paris compreende 33.985 escritos de distintos autores, além de outros 18.159 anônimos e 1705 periódicos e almanaques”¹⁴¹.


É célebre a interpretação de Georges Lefebvre de que a Revolução Francesa não foi uma única revolução, mas sim quatro revoluções – aristocrática, burguesa, popular e camponesa. Podemos dizer que na verdade houve uma “quinta revolução”, a Revolução dos Jornais, pois estes constituíram uma Revolução à parte durante a Revolução. Isso porque, como afirma Pierre Rétat, “a consciência da Revolução como uma nova era, diferente do que havia antes, é inseparável do surgimento de sua imprensa”¹⁴².

140 Cf. GODECHOT, Jacques. “La presse française sous la Révolution et l’Empire”. In: GUIRAL, Pierre. (dir.) *Histoire générale de la presse française*. Paris, PUF, 1969. T. I, p. 405-408.


141 REICHARDT, Rolf E. *La revolución Francesa y la cultura democrática*. La sangre de la libertad. Madrid: Siglo Veintiuno, 2002. p. 197.

142 Citado em: POPKIN, 1990, p. 14.

Portanto, a cultura impressa teve um papel determinante na dinâmica revolucionária. Assim, Jean-Sebastien Mercier comentava que



Nas tormentas da Revolução, os cartazes substituíram as *campanas de rebato* [toques de sino alertando o perigo]: provocaram assembleias tumultuosas de grupos partidistas; inflamaram as opiniões e colocaram um ferro candente na mão de todos os seus redatores. Os anúncios nas paredes antes comunicavam à opinião pública, no máximo, a venda de propriedades campestres [...] hoje em dia são um curso de moral, política e literatura, tudo em um.¹⁴³



Os cartazes e os anúncios nas paredes atraíram pequenas multidões desde 1789 e tiveram a função de se tornar um verdadeiro curso de moral e de política, como afirmava Mercier. Os cartazes eram mesmo mais acessíveis ao público popular¹⁴⁴. Contudo, não menos importantes eram os jornais e panfletos revolucionários, em particular, do jornalismo radical, cuja dimensão moral e política dos seus textos acabou por torná-los pioneiros na criação de uma cultura política democrática. E a responsabilidade por isso está diretamente relacionada ao fato de que os jornalistas radicais pensavam como Élysée Loustallot que, conforme Jules Michelet, considerava o jornalismo “como uma função pública, um tipo de magistratura”¹⁴⁵.

Assim, o jornalista como um magistrado, um tribuno do povo – e não foi à toa que Gracchus Babeuf assim chamou seu jornal – buscava

143 Citado em: REICHARDT, 2002, p. 201.

144 BIANCHI, Serge. *La révolution culturelle de l’an II*. Paris: Aubier, 1982. p. 173.

145 MICHELET, Jules. *Histoire de la Révolution Française*. Paris: Gallimard, 1952. p. 240.

educar e conduzir o povo para que este não voltasse a adormecer depois de ser despertado pela Revolução e para que o povo pudesse manter o papel de protagonista que tivera na Queda da Bastilha. Assim, afirma Jeremy Popkin, “das várias contribuições da Revolução Francesa para a moderna cultura democrática, nenhuma foi mais significativa ou mais controversa do que a convocação que fez ao povo comum para ter um papel ativo no governo”¹⁴⁶. Esse mesmo historiador, afirma que essa convocação pode ser percebida na vulgarização da doutrina da soberania nacional, a qual fazia do povo, “o fundamento último da autoridade legítima”. Mas essa doutrina teve um desdobramento prático evidente na tomada da Bastilha, na revolução rural desencadeada pelo Grande Medo¹⁴⁷. Todavia, como fazer com que a participação popular fosse incorporada institucionalmente era o verdadeiro problema.

Assim, esse problema teve uma resposta conservadora nos momentos iniciais da Revolução, já que a Constituinte estabeleceu como preceito constitucional a diferença entre cidadãos ativos, os que tinham direito de votar, e cidadãos passivos, os que estavam excluídos desse direito. Com a insurreição de agosto de 1792 e a instalação da república, um nítido avanço aconteceu em relação à situação anterior, pois a diferença entre cidadãos ativos e passivos caiu e o voto universal masculino foi instalado.

Mesmo com esses avanços somente uma minoria continuou a ter um papel ativo em política, pois a forma mais extremada de participação popular durante a Revolução, o movimento seccionário *sans-culotte*

de Paris, conseguia apenas fazer com que 10% da população de homens adultos da capital participassem desse movimento. Essa ausência de uma ativa e contínua participação política dos “debaixo” era um problema para os revolucionários mais radicais. Como resolvê-lo? Para esses revolucionários a resposta estava no jornalismo radical¹⁴⁸.

O jornalismo radical desses revolucionários levou à criação de uma cultura política democrática, que se combinava “com uma nova sociabilidade democrática, com a prática da leitura coletiva e da leitura em público”¹⁴⁹. Esse jornalismo fez o esforço de se expressar de uma forma que as pessoas comuns pudessem entender. Assim, criaram um formato que permitisse aos leitores das camadas populares identificar-se com o que eles escreviam. Foi o caso de Jean Paul Marat, com seu *Amigo do Povo* e, principalmente, o caso de Jacques-René Hébert, com seu *Père Duchesne* e sua linguagem *grivois*.

A Revolução Francesa, portanto, caracterizou-se, mais do que qualquer um dos outros processos históricos do período moderno que ajudaram a criar a opinião pública, por uma tomada de palavra plebeia¹⁵⁰. Além dos quadros tradicionais da sociedade do Antigo Regime, os quais também fizeram uso da liberdade de expressão para dar vazão a uma enorme massa de publicações, a novidade durante a Revolução foi que também os setores do rodapé do Terceiro Estado *tomaram a palavra*, o que fez com que se constituísse uma esfera pública em que o segundo termo nesta expressão pela primeira vez tivesse o sentido de povo e a opinião pública refletisse em boa parte o que este último pensava.

146 POPKIN, 1990, p. 143.

147 POPKIN, 1990, p. 143.

148 POPKIN, 1990, p. 145.

149 REICHARDT, 2002, p. 204.

150 REICHARDT, 2002, p. 198.

Dessa forma, a Revolução foi o momento em que a esfera pública ampliou-se, adquirindo uma dimensão bem mais ampla e popular do que tinha sido antes dela. Coube, portanto, ao jornalismo radical a tarefa de estender a cultura impressa aos grupos populares e tanto no conteúdo quanto no formato dos seus jornais esse jornalismo visava dirigir-se ao povo, não ao povo como um agente passivo, como era o caso de outros jornalismo durante a Revolução, mas ao povo como protagonista de seu próprio destino.

O JORNALISMO RADICAL: MARAT

Os dois principais nomes do jornalismo radical e que individualmente mais fizeram para constituir uma cultura política democrática durante a Revolução Francesa foram Marat e Hébert. Começemos pelo primeiro.

O jornal *L'Ami du Peuple* (O Amigo do Povo) de Jean Paul Marat (1743-1793), como o Père Duchesne de Hébert, de acordo com Jacques Godechot¹⁵¹, era um panfleto periódico, isto é, uma só pessoa redigia inteiramente a publicação. Esse era o caso de Marat que enquanto durou seu panfleto o redigiu totalmente sozinho. Sua publicação teve início em setembro de 1789 e durou até 1792. Logo pelo título é perceptível a intenção de Marat em se dirigir a uma parte específica da sociedade francesa. Ele era o Amigo do Povo, mas também era “o olho do povo”, sempre vigilante¹⁵².

151 GODECHOT, 1969, p. 440.

152 REICHARDT, 2002, p. 203.



Imagem 32: Jornal “Marat amigo do povo aos seus concidadãos”, 28 de agosto de 1792.



Imagem 33: Jacques Louis David, “A morte de Marat”, 1793.

Diferentemente de Hébert, como veremos a seguir, Marat não se disfarçou em um personagem popular e nem fez uso da linguagem popular ou do gênero *poissard* em seu panfleto. Como salienta Popkin, o vocabulário de Marat “era gravemente clássico e ele resistiu aos neologismos e ao jargão cunhado pela Revolução”¹⁵³. Ele fazia uso de uma linguagem que apelava para as imagens e conteúdos cristãos, seu modelo era mesmo a bíblia¹⁵⁴.

O mesmo historiador afirma que “a estratégia jornalística de Marat baseava-se no postulado que o povo não conhecia e não poderia

153 POPKIN, 1990, p. 149.

154 POPKIN, 1990, p. 149.

articular seus próprios interesses e que uma tática de impacto era necessária para esclarecê-los”¹⁵⁵. Segundo Olivier Coquard, o Amigo do Povo considerava que o jornalismo político e popular possuía uma natureza específica frente a outros jornalismo, já que aquele, que era o seu, precisava empolgar a imaginação popular. Para tanto, era necessário mobilizar o povo excitando sua imaginação, sua simpatia, seu horror. Marat afirmava, segundo Coquard, não se dirigir “/.../ ao público de forma racional, pois o povo não reage à razão.”¹⁵⁶

Assim, ele pretendia com seu jornalismo “descobrir as conspirações, desmascarar os traidores, defender os direitos do povo, informar sobre os trabalhos da Convenção, prosseguir no caminho, recordar os princípios aos membros que se afastam deles, dedicar minha inteligência à nova constituição que a França deve ter”¹⁵⁷.

E foi o que fez. Durante todo o período do Amigo do Povo Marat fustigou os homens no poder e devotou seu jornalismo a defender o povo. Atacou Mirabeau, La Fayette e, ao perceber as dubiedades da política de Luís XVI, passou a atacá-lo e, extraordinariamente, começou a denunciar a possibilidade de fuga do rei, o que acabou por acontecer em junho de 1791. Se no começo da Revolução não se opusera à monarquia, isso não correspondia exatamente a uma defesa dessa forma de regime de governo, já que, como afirma Michel Vovelle, ele tinha uma visão pessimista de todo governo¹⁵⁸. Nas

155 POPKIN, 1990, p. 146.

156 COQUARD, Olivier. *Marat, o amigo do povo*. São Paulo, Scritta, 1996. p. 288.

157 Citado em: REICHARDT, 2002, p. 203.

158 VOVELLE, Michel. Marat. In: SOBOUL, Albert. *Dictionnaire historique de la Révolution française*. Paris: PUF/Quadrige, 2005. p. 712.

próprias palavras do Amigo do Povo: “o mais mortal inimigo que os povos devem temer é o governo. Quase sempre os chefes que uma nação escolhe só pensam em lhe forjar cadeias”.¹⁵⁹

Todavia, ele “não elaborou uma imagem do cidadão democrático que pudesse servir como modelo” para a participação do homem comum no processo político. Mas, certamente pela popularidade de seu jornal e pela penetração das ideias que ele propagava, ele conseguiu modelar a opinião popular e a exaltar a centralidade do povo naquele processo. Antes de tudo, Marat foi um teórico do movimento revolucionário e porta-voz das massas populares¹⁶⁰, deixando uma marca indelével na mentalidade democrática revolucionária.

O JORNALISMO RADICAL: HÉBERT

O outro jornalista fundamental para a criação de uma cultura política democrática foi Jacques-René Hébert (1757-1794), com o seu famoso panfleto periódico, o *Père Duchesne*. Hébert não foi o único e talvez nem o primeiro a se utilizar desse personagem para dar título a um panfleto periódico. Na verdade, houve um tipo de jornalismo popular durante a Revolução que pode ser chamado de “gênero Père Duchesne”¹⁶¹. Contudo,

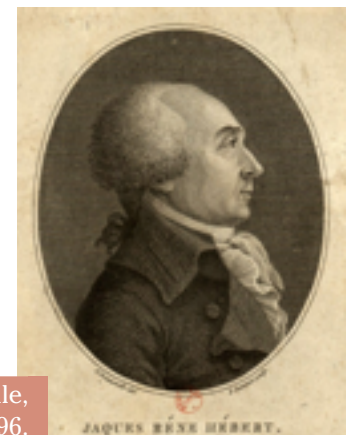


Imagem 34: François Bonneville, “Jaques René Hébert”, 1796.

159 Citado em: VOVELLE, 2005, p. 712.

160 VOVELLE, 2005, p. 713.

161 POPKIN, 1990, p. 160.

Hébert foi o mais bem-sucedido dos jornalistas que praticaram esse gênero.

Hébert criou um estilo bem particular tanto na forma como no conteúdo para atingir a massa *sans-culotte*. Ele utilizou-se do gênero *poissard*, isto é, “a linguagem dos mercados parisienses e as cruas cenas dos teatros de feiras”¹⁶², entre eles o próprio Père Duchesne que deu o nome ao seu jornal. Assim, Hébert se dirigia aos grupos populares de baixa escolarização e, além destes, aos que, não conhecendo “nem A nem B”, aguardavam ansiosos pelas leituras públicas do seu panfleto periódico nas sociedades populares e nos ateliês¹⁶³,

O jornalismo radical tinha a preocupação com o conteúdo e a forma para atingir as camadas mais populares da sociedade francesa. No caso de Hébert, seus conteúdos eram bem ao gosto das preocupações ideológicas do seu público principal os *sans-culottes*, mas também identificava-se com outros setores da população, como os camponeses, ao fazer a defesa de suas ideias sociais afirmando que “todos os bens nacionais [devem ser] vendidos em pequenas porções; que se cesse de concentrar a riqueza em poucas mãos; que se



Imagem 35:
Edição 25
do jornal
Le Père
Duchesne,
1790.

divida as grandes terras, alugando a uma dezena de agricultores, aquelas que são cultivadas exclusivamente por um só”¹⁶⁴.

A mesma coisa se pode afirmar de sua defesa dos direitos políticos do povo. Assim, logo após 10 de agosto, conclamou: “(...) Povo soberano, você reentrou em todos os teus direitos, você pode de uma só palavra fazer e desfazer tudo o que você quiser”¹⁶⁵. Diante das hesitações da Montanha, Hébert voltava à carga: “é preciso que os representantes do povo se conformem assim à vontade soberana do povo (...)” por que “/.../ o [o povo] é soberano, é mestre”¹⁶⁶.

Todavia, foi sua preocupação com a forma do seu jornalismo que fez sua originalidade. Preocupação que visava aos leitores de baixa escolaridade e não se restringia somente a eles, pois visava também aos leitores que pura e simplesmente não sabiam ler. Quando procurou divulgar um novo jornal de sua fornada, “Les soirées de la Campagne”, ele o definiria com a seguinte frase: “Até aqui os jornais foram redigidos em favor daqueles que sabem ler; o nosso é destinado àqueles que só sabem escutar (...)”¹⁶⁷.

Seu estilo, portanto, era diferente do discurso teoricamente mais acabado de outros panfletários e homens da Revolução. Isso fica mais claro, é bom frisar, com a compreensão de que Hébert, para realizar com sucesso sua tarefa de panfletário, buscava por meio de um estilo próprio, com seus “*bougres*” e “*foutres*”, suas apóstrofes breves

¹⁶² REICHARDT, Rolf E. *La revolución Francesa y la cultura democrática*. La sangre de la libertad. Madrid: Siglo Veintiuno, 2002. p. 202.

¹⁶³ SOBOUL, Albert. “Introduction”. In: HÉBERT, Jacques-René. *Le Père Duchesne (1790-1794)*. Paris, Éditions d’Histoire Sociale, 1970. p. 07.

¹⁶⁴ HÉBERT, Jacques-René. *Le Père Duchesne (1790-1794)*. Paris, EDHIS, 1969. Nº 279, p. 07.

¹⁶⁵ HÉBERT, 1969, Nº 279, p. 07. Nº 167, p. 01.

¹⁶⁶ HÉBERT, 1969, Nº 279, p. 07. Nº 170, p. 07 e Nº 287, p. 07-08.

¹⁶⁷ HÉBERT, 1969, Nº 279, p. 07. Nº 290, p. 07.

e suas palavras de ordem, além do seu célebre discurso terrorista, mexer com a imaginação da massa *sans-culotte* e não convencê-la racionalmente. Como salientou Rolf Reichardt, Hébert

aceita com astúcia a cultura do povo, utilizando como máscaras figuras populares, dirigindo-se sem rodeios aos *sans-culottes* em sua crua linguagem e apresenta seu programa social revolucionário com o estilo do *genre poissard* em diálogos, imagens e cenas teatrais cheias de intenção¹⁶⁸.

Assim, Hébert fazia uso de um conteúdo discursivo teatral “(...) em razão de sua semelhança com o discurso cênico do teatro, da feira e do bulevar do fim do século dezoito.”¹⁶⁹ Esse discurso teatral retratava o linguajar de La Rapée. Daí o recurso utilizado muitas vezes de o personagem fazer visitas imaginárias aos homens importantes da Revolução, com os quais estabelecia colóquios. Nesses colóquios, e quando analisava os fatos da Revolução, o *Grand marchand de fourneaux* tratava todos os personagens da Revolução sem cerimônias, como um cidadão de uma república o faria, como iguais¹⁷⁰, fossem eles grandes ou pequenos.

Todavia, como afirma os irmãos Edmond e Jules Huot de Goncourt não devemos nos:

168 REICHARDT, 2002, p. 202.

169 Cf. ELYADE, Ouzi. *Presse populaire et feuilles volantes de la Révolution à Paris, 1789-1792*. Paris, Société des Études Robespierristes, 1991. p. II. Introdução.

170 Note-se o significado essencial desse tratamento “republicano” numa sociedade em que as lembranças do Antigo Regime ainda estavam frescas na memória.

enganá-lo pelo aspecto primeiro desses jornais, a seus b..., a seus f..., que não são, por assim dizer, uma maneira de pontuação; superado o desgosto, você encontrará além dessas palavras de La Rapée, uma tática hábil, uma destreza voltada para o popular, uma capacidade de colocar a seu alcance teses governamentais, e proposições abstratas da política. Você encontrará com frequência um idioma de tom forte, intenso, vigoroso, rabelaisiano, servido em todos os momentos por termos cômicos ou grosseiros bem a propósito, um timbre justo, uma força de espírito notável, uma dialética concisa, um enorme bom senso direto e plebeu. Um dia virá no qual se reconhecerá espírito, originalidade, eloquência mesmo, talvez a única eloquência da Revolução, ao Père Duchesne e sobretudo a Hébert.¹⁷¹

Ninguém melhor do que o próprio Hébert era consciente do estilo que ele tinha criado. Segundo Hébert, a utilização desse estilo “grivois” (chulo) tinha a intenção de “(...) se colocar ao alcance dessa classe pouco instruída do povo que não poderia compreender importantes verdades se elas não fossem enunciadas com expressões que lhes são particulares”¹⁷².

A difusão do Père Duchesne se fazia pela venda cotidiana dos seus exemplares, que os *crieurs* (“pregoeiros”) anunciavam nas ruas, assim como também por encomendas oficiais do exército, quando o jornal passou a ter uma importância crescente. Mas, sua difusão, como as dos demais jornais populares da Revolução, também teve

171 Citado em: JACOB, Louis. *Hébert, le Père Duchesne, chef des sans-culottes*. Paris, Gallimard, 1960. p. 14.

172 BRUNET, Charles. *Le “Père Duchesne” d’Hébert ou notice historique et bibliographique sur ce journal*. Paris, Librairie de France, 1858. p. 53-55.

lugar nos espaços de sociabilidade popular por excelência: as tavernas e bodegas, que, segundo Rolf Reichardt, são o “meio próprio da cultura da comunicação plebeia”¹⁷³.

Nesses espaços de sociabilidade popular, como as tavernas, as bodegas, as sociedades populares e as oficinas, os jornais populares, como o Père Duchesne, eram lidos em voz alta para uma audiência letrada ou não letrada. A leitura em voz alta não era algo novo, certamente. No Antigo Regime, por exemplo, era comum um homem importante das cidades de província ler para os camponeses do lugar. Mas, nesse caso, a leitura visava enfatizar os princípios de “ordem, hierarquia e comunidade”¹⁷⁴. Entretanto, nos espaços de sociabilidade popular, era exatamente isso que estava sendo subvertido.

O jornalismo radical de Hébert acabou se tornando, após a morte de Marat (julho de 1793), hegemônico na imprensa de esquerda. Isso significou que seu panfleto passou a ter tiragens em várias dezenas de milhares de exemplares, fazendo com que as ideias e as reivindicações que veiculava penetrassem fundo nos meios populares e ajudassem a dar organicidade e sentido ao legado rousseauísta, isto é, as concepções democráticas que estavam por trás da radicalização revolucionária e que os *sans-culottes* mais do que ninguém tentaram implementar.

Ao mesmo tempo, essa posição hegemônica fez com que Hébert alcançasse um *status* político capaz de, em certa medida, influenciar os rumos da Revolução, como aconteceu nas jornadas populares de

173 REICHARDT, 1990, p. 199.

174 BAKER, Keith Michael. “Politics and public opinion under the Old Regime: some reflections”. In: CENSER, Jack R. e POPKIN, Jeremy D. **Press and politics in pre-revolutionary France**. Berkeley e Los Angeles: University California Press, 1987. p. 205.

setembro de 1793, que implementaram uma série de reivindicações, entre elas a criação do exército revolucionário. Contudo, levando ao extremo sua posição de porta-voz dos *sans-culottes*, Hébert chegou mesmo a se confrontar com o governo revolucionário dos jacobinos/montanheses, o que provocou sua perda. No germinal (24 de março de 1794) ele acabou preso e executado.

“A ESCRITA FALADA” E OUTRAS FORMAS DE COMUNICAÇÃO DURANTE A REVOLUÇÃO

A Revolução não fez apelo à opinião pública apenas com base em meios impressos tradicionais, como os jornais ou panfletos. Também fez uso de outras formas gráficas como cartazes, caricaturas, assim como das canções, da pintura, que tiveram uma enorme importância na construção da opinião pública durante a Revolução.

Um caso a se destacar entre os instrumentos utilizados para influenciar a opinião pública foi mesmo o das caricaturas. Dessa forma, jornalistas radicais como Hébert utilizaram novas formas de jornalismo para se comunicar com as camadas semiletradas ou iletradas da população e nada melhor que imagens para atingir essas camadas da população. O próprio Comitê de Salvação Pública



Imagem 36: O Terceiro Estado carregando o Primeiro e o Segundo Estado nas costas, 1789.



Imagem 37: O Primeiro e o Segundo Estado em cima de uma pedra que simboliza os tributos que, ao mesmo tempo, esmaga o Terceiro Estado.

tinha essa compreensão e fez uso de caricaturas para passar suas mensagens ao grande público. E contratou ninguém menos do que Jacques-Louis David, o grande pintor da época, para criar caricaturas com o intuito de “avivar na opinião pública o espírito comum e fazê-la compreender até que ponto são cruéis e ridículos os inimigos da liberdade e da república”¹⁷⁵.

A importância das caricaturas no contexto da Revolução pode ser atestada pelo interesse que provocaram em ninguém menos do que Goethe. O impacto de uma coleção de caricaturas francesas que ele viu em Frankfurt em 1797, acabou por estimulá-lo a escrever um tratado sobre o assunto¹⁷⁶.

No entanto, foi a autor do *Histoire des caricatures de la révolte des Français*, Jacques Marie Boyer Brun quem melhor captou o impacto



Imagem 38:
Cartum

desse instrumento gráfico naquele contexto. Segundo ele, “/.../ caricaturas são o termômetro que mede a temperatura da opinião pública; também é certo que quem saiba regular as oscilações desse termômetro também pode dominar a opinião pública”.¹⁷⁷ Boyer Brun não podia ser mais perspicaz ao caracterizar as caricaturas como um termômetro da opinião pública. Assim, em junho de 1791, após a tentativa de fuga do rei — o que provocou pela primeira vez uma clara oposição à monarquia como forma de governo e a figura de Luís XVI teve uma irrecuperável perda de credibilidade — houve uma enxurrada de caricaturas para marcar essa inflexão na opinião pública, todas elas manifestando uma clara oposição ao rei e à rainha.

Ao mesmo tempo, as caricaturas também foram um termômetro no sentido de que foram capazes de funcionar como uma referência das mudanças que a Revolução estava provocando. Assim, nelas se percebe claramente que os homens daquele momento histórico vivenciavam uma “experiência avassaladora”, isto é, de que a Revolução era uma mudança de época. Isso pode ser visto em caricaturas que representam imagens duplas, em uma o camponês é representado por uma imagem em que ele carrega o peso da nobreza e do clero, em outra ele cavalga triunfante sobre os ombros desses seus antigos opressores. As caricaturas também foram capazes de passar pioneiramente uma consciência da luta de classes que se desenvolvia durante a Revolução. Assim, em uma dessas caricaturas, a aristocracia é representada por uma imagem em que ela é um monstro de três cabeças que devora os restos dos cadáveres do povo¹⁷⁸.

¹⁷⁵ REICHARDT, 2002. p. 208.

¹⁷⁶ REICHARDT, Rolf e KOHLE, Hubertus. *Visualizing the Revolution Politics and the Pictorial Arts in Late Eighteenth-century France*. Londres: Reaktion Books, 2008. p. 07.

¹⁷⁷ Citado em: REICHARDT, 2002, p. 208.

¹⁷⁸ REICHARDT, 2002, p. 210-215.

Todavia, foi Boyer Brun quem caracterizou mais uma vez de forma notável o papel das caricaturas para uma sociedade em que a grande maioria das pessoas era semiletrada ou iletrada e, portanto, a utilização de imagens podia mais do que qualquer outra forma de comunicação transmitir a elas a mensagem desejada. Assim, ele afirmava que “as caricaturas são desde sempre um importante meio para fazer compreender ao povo coisas que apresentadas a ele somente escritas não lhe teriam impressionado suficientemente. Ao apresentar as caricaturas ao povo, antes que soubesse ler e escrever, diversas coisas dignas de lhe ser comunicada eram já para ele o que continuam sendo hoje: a escrita falada [*écriture parlée*]”.¹⁷⁹

Se as imagens apresentadas por meio de caricaturas conseguiam influenciar significativamente a opinião pública, a forma mais tradicional de representação de imagens, a pintura, também conseguia com eficácia semelhante passar a mensagem desejada ao público francês.

Dessa forma, a Revolução também, como não poderia deixar de ser, teve um impacto significativo na pintura. Ela quebrou as regras do privilégio também nas artes plásticas em geral e incentivou o trabalho dos artistas, como foi o caso do governo dos montanhese, por meio de subvenções e pedidos.

Uma dessas mudanças de regras ocorreu no estatuto do salão oficial. Antes de 1789, os pintores tinham acesso ao público por meio do salão oficial, o que só era possível para aqueles que pertenciam à Academia. Como essa última perdeu sua importância durante a Revolução, o salão passou a ser aberto a todos. O impacto dessa mudança

pode ser visto nos números de quadros apresentados no salão a partir de então. Assim, no salão de 1789, 300 quadros tinham sido expostos, no salão de 1793, mil e naquele de 1795, três mil e quarenta e oito.

Essa evolução no número de quadros também foi acompanhada pela evolução da temática que eles representavam. Os quadros ao longo do período revolucionário seguiram o ritmo da radicalização revolucionária, tornando-se cada vez mais radicais na mensagem que passavam. O simbolismo que estava por trás de suas imagens foi se modificando ao longo do processo revolucionário, passando de uma simbologia que buscava passar uma mensagem ainda favorável à monarquia, nos primeiros anos, a uma simbologia republicana e popular no período do governo revolucionário.

Assim, se no início da Revolução Luís XVI foi representado pictoricamente de forma positiva, como um *primus inter pares*¹⁸⁰. Já no salão de 1793 foram apresentados quadros com o título *Triunfo do povo, A festa dos sans-culottes sobre as ruínas da Bastilha*¹⁸¹ em que se louvavam a liberdade e o poder popular. Nitidamente vemos os artistas se conduzindo pelas mudanças ideológicas da Revolução e, no caso dos artistas do salão de 1793, tentando passar uma mensagem que atingisse a opinião pública popular.

Também os cartazes foram de enorme importância para difundir e fazer apelo à opinião pública ao longo da Revolução. Afixados nas paredes das cidades, especialmente em certos locais, os cartazes atraíam a atenção de enormes grupos de pessoas e, como afirmava

¹⁷⁹ Citado em: REICHARDT, 2002, p. 208.

¹⁸⁰ REICHARDT, Rolf e KOHLE, Hubertus. *Visualizing the Revolution Politics and the Pictorial Arts in Late Eighteenth-century France*. Londres: Reaktion Books, 2008. p. 69.

¹⁸¹ BIANCHI, 1982. p. 190



Imagem 39:
Jacques
Louis David,
“Triunfo do
povo francês”,
1793.

Mercier, o que neles se lia acabava sendo um curso completo de moral, política e literatura. Esse espetáculo da sociabilidade democrática acabou mesmo atraindo a atenção dos viajantes que chegavam a Paris em 1789, como o pedagogo alemão Joachim Heinrich Campe¹⁸² que testemunhou as multidões se reunindo em volta dos cartazes. Por meio deles se tomava conhecimento dos decretos das Assembleias e das ideias revolucionárias e, evidentemente, os cartazes incitavam a ação. Até mesmo os jornalistas se utilizavam desse meio de comunicação para complementar seu trabalho de influenciar a opinião pública.

Por fim, coube à canção um lugar central na difusão das novas ideias revolucionárias e na tentativa de por meio delas influenciar a opinião pública. A canção revolucionária estava em linha de

¹⁸² REICHARDT, 2002, p. 200.



Imagem 40:
Jean-Baptiste
Lallemand,
“Queda da
Bastilha”,
1790.

continuidade com a tradição anterior à Revolução, como na época de Mazarino em que foi um “meio de propaganda e de polêmica”¹⁸³.

Assim, também foi durante a Revolução, na qual teve uma imensa influência. Como salienta Rolf Reichardt, “é possível que o caráter popular e semioral da cultura da Revolução não se imprimisse de maneira tão imediata em nenhum outro meio que não fosse nas mais de três mil canções que se conservaram e que em sua maioria nasceram entre 1789 e 1794”¹⁸⁴. A canção, mais do que os meios impressos, teve a capacidade de difundir uma ideia, fixar uma palavra de ordem e assim modular a opinião dos franceses nessa época.

¹⁸³ BIANCHI, 1982, p. 178.

¹⁸⁴ BIANCHI, 1982, p. 218.

Segundo Robert Brécy, “elas tornam-se facilmente instrumentos de propaganda que difundem cantores de rua e mascates (*colporteurs*) nas cidades e nos campos”¹⁸⁵.

Diferentemente das canções anteriores à Revolução, as quais eram “canções sociais” transmitidas oralmente e manuscritas, agora elas tinham um caráter evidentemente político e tratavam da atualidade imediata e são impressas e cantadas em público¹⁸⁶.

Ao longo da década revolucionária um total de três mil canções foram repertoriadas. Sua autoria tanto comportava compositores profissionais como também atraíram escritores e dramaturgos, como Marie Joseph Chenier¹⁸⁷. Por meio delas, pôde-se contar a história da Revolução, pontuando cada um dos grandes momentos da

Revolução: a queda da Bastilha, as grandes batalhas, todos esses fatos tiveram suas canções.

A mais célebre delas, depois da marsehesa, foi talvez a canção *ça ira* (isso vai ficar bem), cujos versos originais foram compostos em 1790 por Ladré. Ao refrão *Ah! ça ira, ça ira, ça ira*, seguiam-se versos de tom explicitamente revolucionário, como *Suivant les maximes de l'évangile, Du législateur tout s'accomplira* (Seguindo os preceitos do evangelho, Do legislador tudo será superior) ou, em tom bem *sans-culotte*, nivelador, *Celui qui s'éleve on l'abaissera, Celui qui s'abaisse on l'élèvera* (Aquele que se eleva o abaxaremos, Aquele que se abaixa o elevaremos).

185 BRÉCY, Robert. Chansons patriotiques. In: SOBOUL, Albert. *Dictionnaire historique de la Révolution française*. Paris: PUF/Quadrige, 2005. p. 204.

186 REICHARDT, 2002, p. 218.

187 BIANCHI, 1982, p. 179.

CONCLUSÃO

Como visto, a intimidade individual foi uma conquista que se deu na Europa a partir dos séculos XVI. A paulatina construção do Estado moderno, com suas feições administrativas e burocráticas, criou a possibilidade de se viver, de fato, *um privado*, a partir de então, distinto de *um público* definido e identificável. O Estado moderno passou a delimitar os espaços próprios da existência privada.

No decorrer dos séculos XVII e XVIII ocorreu uma crescente distinção entre o público e o privado. O público tinha se desprivatizado até certo ponto, apresentando-se como a “coisa” do Estado. O privado vivenciou um processo de valorização, cada vez mais, assumindo um sentido familiar e espacial, marcado pelo novo papel da família conjugal, novos espaços na composição das moradias e formas de sociabilidade mais pessoais.

Nesse processo, a Revolução Francesa operou uma ruptura dramática e contraditória. No nível imediato, cresceu a desconfiança de que os “interesses privados”, ou particulares, ofereciam uma sombra propícia aos complôs e às traições. O jornalismo radical denunciou o risco dos interesses privados, alimentando uma opinião pública contrária às facções, à política partidária — praticada por grupos privados e de particulares — que viraram sinônimo de conspiração, e cujos “interesses” significavam uma “traição à nação”.

A nova vida pública postulava a transparência. Num país dominado pela política, a expressão dos interesses privados era tida como contrarrevolucionária. Era preciso então transformar os ânimos e os costumes, criar um homem novo em sua aparência, linguagem e sentimentos, dentro de um tempo

e de um espaço remodelados, através de uma pedagogia do signo e do gesto que procedesse do exterior para o interior.

Pautada, em suma, na visão Rousseauiana, a política revolucionária afirmou que a qualidade da vida pública dependia da transparência dos corações. Assim, entre o Estado e o indivíduo não haveria necessidade da mediação dos partidos ou dos grupos de interesses e os indivíduos deviam realizar sua revolução pessoal, reflexo daquela que se realizava no Estado.

Nos anos revolucionários, as fronteiras entre a vida pública e a vida privada mostraram uma grande flutuação. A coisa pública, o espírito público, invadiram os domínios habitualmente privados da vida. O domínio da vida pública, principalmente entre 1789 e 1794, ampliou-se de maneira constante, preparando o movimento romântico do

fechamento do indivíduo sobre si mesmo e da dedicação à família, num espaço doméstico determinado com maior precisão.

Num prazo mais longo, a Revolução acentuou a definição das esferas pública e privada. A partir do século XIX, a valorização da família como pedra angular da sociedade burguesa diferencia os papéis com maior precisão sexual, estabelecendo uma oposição entre homens políticos e mulheres domésticas. Ao mesmo tempo, proclamou os direitos do indivíduo, por meio do *habeas corpus* e da inviolabilidade do domicílio. Todavia, o desenvolvimento do mundo industrial e a supremacia inglesa acrescentarão novos elementos a esse contexto, impactando tanto a esfera pública quanto a privada e a própria noção de intimidade que estarão no cerne do mundo contemporâneo e de suas contradições.

REFERÊNCIAS

ALDO MAFFEY.

Fisiocracia. In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Editora da UNB, 1998.

ARIÈS, Philippe.

História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1981.

.....
..... "Por uma história da vida privada". In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. **História da vida privada, 3**: da renascença ao século das luzes. Org. Roger Chartier. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

.....; DUBY, Georges. **História da vida privada, 3**: da renascença ao século das luzes. Org. Roger Chartier. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

AYMARD, Maurice.

"Amizade e convivialidade". In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. **História da vida privada, 3**: da renascença ao século das luzes. Org. Roger Chartier. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.



BAKER, Keith Michael.

"Politics and public opinion under the Old Regime: some reflections". In: CENSER, Jack R. e POPKIN, Jeremy D. **Press and politics in pre-revolutionary France**. Berkeley e Los Angeles: University California Press, 1987.



BIANCHI, Serge.

La Révolution culturelle de l'an II. Paris: Aubier, 1982.

BOBBIO, Norberto.

Estado, Governo, Sociedade: para uma Teoria Geral da Política, 14. ed. São Paulo: Paz e Terra S/A, 2007.

BOUCHARD, Constance B.

"The medieval heritage". In: STEARMS, Peter N. (ed.) **Encyclopedia of European social history, from 1350 to 2000**. Detroit: Charles Scribner's Sons, 2001.



BRAESCH, François.

"Introduction". HÉBERT, Jacques-René. **Le Père Duchesne**. Paris: Société de l'Histoire de la Révolution Française, 1928.

BRÉCY, Robert.

"Chansons patriotiques". In: SOBOUL, Albert. **Dictionnaire historique de la Révolution française**. Paris: PUF/Quadrige, 2005.



BRENNAN, Thomas.

"Coffehouses and cafés". In: KORS, Alan Charles (ed.) **Encyclopedia of the Enlightenment**. Oxford: Oxford University Press, 2005.



BRUNET, Charles.

Le "Père Duchesne" d'Hébert ou notice historique et bibliographique sur ce journal. Paris: Librairie de France, 1858.

CHARTIER, Roger.

Figuras da modernidade. In: In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. **História da vida privada, 3**: da renascença ao século das luzes. Org. Roger Chartier. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.



..... "Opinion publique". In: BÉLY, Lucien. **Dictionnaire de l'Ancien Régime, royaume de France XVI et XVIII siècles**. Paris: PUF/Quadrige, 2002.

COLIN, P. H.

Dictionary of politics and government. Londres: Bloomsbury Publishing, 2004.



CORBIN, Alain.

"O segredo do indivíduo". In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. **História da vida privada, 4**: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Org. Michelle Perrot. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.



COQUARD, Olivier.

Marat, o amigo do povo. São Paulo: Scritta, 1996.



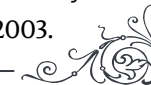
CRAVERI, Benedetta.
La cultura de la conversación.
Madri: Ediciones Siruela, 2007.

**Encyclopaedia Britannica
Ultimate Reference Suite.**
Chicago: Encyclopædia
Britannica, 2010.

GODECHOT, Jacques.

“La presse française sous la Révolution et l’Empire”. In: GUIRAL, Pierre. (dir.) **Histoire générale de la presse française.** Paris: PUF, 1969.

..... **Mudança estrutural da esfera pública:** investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.



DOOLEY, Brendan.

“Introduction”. In: DOOLEY, Brendan e BARON, Sabrina A. (eds.) **The politics of information in early modern Europe.** Londres: Routledge, 2001.

..... e BARON, Sabrina A. (eds.) **The politics of information in Early Modern Europe.** Londres: Rutledge, 2001.

EDWARDS, Jr. Mark U.

Printing, propaganda, and Martin Luther. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1994.

GOULEMOT, Jean Marie.

“As práticas literárias ou a publicidade do privado”. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. **História da vida privada, 3:** da renascença ao século das luzes. Org. Roger Chartier. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HÉBERT, Jacques-René.

Le Père Duchesne (1790-1794). Paris: EDHIS, 1969.

ELIAS, Norbert.

O processo civilizador: Uma história dos costumes, v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

..... **O processo civilizador:** formação do Estado e civilização, v. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

FRASER, Nancy.



“Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy”. In: CALHOUN, Craig (ed.) **Habermas and the public sphere.** Baskerville: MIT Press, 1992.

GRES-GAYER, Jacques M.

“Jansenism”. In: DEWALD, Jonathan (Ed.) **Europe 1450 to 1789:** encyclopedia of the early modern world. New York: Thomson/Gale, 2004.

.....
GUÉRIN, Daniel.

Bourgeois e Bras Nus (1793-1795). Paris: Gallimard, 1973.

HOHENDAHL, Peter Uwe.

“The public sphere: models and boundaries”. In: CALHOUN, Craig (ed.) **Habermas and the public sphere.** Baskerville: MIT Press, 1992.

ELYADE, Ouzi.

Presse populaire et feuilles volantes de la Révolution à Paris, 1789-1792. Paris: Société des Études Robespieristes, 1991.



FORNA, Aminatta.

Mãe de todos os mitos: como a sociedade modela e reprime as mães. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

HABERMAS, Jürgen.

A transformação estrutural da esfera pública. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012.

KLAIITS, Joseph.

Printed propaganda under Louis XIV. Absolute monarchy and public opinion. Princeton: Princeton University Press, 1976.

.....
KNIGHT, Mark.

Representation and misrepresentation in later Stuart Britain. Partisanship and political culture. Oxford: Oxford University Press, 2005.



LA VOPA, Anthony J.

“Habermas, Jürgen”. In: KORS, Alan Charles. (ed.) **Encyclopedia of the Enlightenment**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

LAURSEN, John Christian.

“Censorship”. HOROWITZ, Maryanne Cline (ed.) **New dictionary of the history of ideas**. Detroit: Charles Scribner’s sons, 2005.

Le Breton D.

Adeus ao corpo: antropologia e sociedade. Campinas: Papyrus Editora; 2003.

MATTEUCCI, Nicola.

“Opinião pública”. In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 11.ed. Brasília: Editora da UNB, 1998.

..... “Contratualismo”. BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 11.ed. Brasília: Editora da UNB, 1998.

..... “Liberalismo”. BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 11.ed. Brasília: Editora da UNB, 1998.

MATTINGLY, G.

“International diplomacy and law”. In: WERNHAM, R. B. (Ed.) **The Counter-Reformation and price revolution, 1559-1610**. Cambridge: University Press, 1968.

MELTON, James Van Horn.

The Rise of the Public in Enlightenment Europe. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

MENDLE, Michael.

“News and the pamphlet culture of mid-seventeenth-century England”. In: DOOLEY, Brendan e BARON, Sabrina A. (eds.) **The politics of information in Early Modern Europe**. Londres: Routledge, 2001.

MICHELET, Jules.

Histoire de la Révolution Française. Paris: Gallimard, 1952.

 **MUCHEMBLED, Robert.** 

O orgasmo no Ocidente: uma história do prazer do Século XVI a nossos dias. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.

OLIVEIRA, Josemar Machado de.

“Opinião pública, opinião popular e liberdade de expressão no século XVIII”. In: **Dimensões**. Revista de História da UFES, nº 6, p. 25-33, 1999.

PAQUOT, Thierry.

L’espace public.

Paris: La Découverte, 2010.

PARKER, T. M.

“The papacy, catholic reform, and christian missions”. In: WERNHAM, R. B. (Ed.) **The Counter-Reformation and price revolution, 1559-1610**. Cambridge: University Press, 1968.

PERROT, Michelle.

“Outrora, em outro lugar”. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. **História da vida privada, 4:** da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Org. Michelle Perrot. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

..... **As mulheres ou os silêncios da História**. São Paulo: EDUSC, 2005.



..... “Introdução”. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. **História da vida privada, 4:** da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Org. Michelle Perrot. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PETTEGREE, Andrew.

The invention of News. How the world came to know about itself. Londres: Yale Press University, 2014.

..... “A provincial news community in sixteenth-century Europe”. In: POLLMANN, Judith e SPICER, Andrew (Eds.) **Public opinion and changing identities in the early modern Netherlands**. Boston: Brill, 2007.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. “Mulheres: igualdade e especificidade”. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2005.



**Patrícia
Merlo**

Doutora em História Social pela UFRJ, é professora adjunta da UFES, vinculada à graduação e ao Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em História. Professora de História Moderna, pertence ao Laboratório História, Poder e Linguagens (UFES). Possui dezoito livros publicados. Atualmente desenvolve pesquisa sobre Modernidade Ibérica e Ideias Políticas.



SOBRE OS AUTORES



**Josemar Machado
de Oliveira**

Doutor pela USP, é professor associado do Departamento de História da UFES desde 1992, fazendo parte da área de história moderna e contemporânea. Tem se dedicado a pesquisas nessa área, trabalhando em particular com a temática da revolução. Sua área de especialização concentra-se na história da Revolução Francesa. Também é membro do Programa de Pós-Graduação em História da UFES.